

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

THAIS GARCIA MACAMBIRA

**O MEDO URBANO EM SALVADOR NA PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADE: ESTUDO A PARTIR DO FILME
BREVIÁRIO DO HORROR**

Área de concentração: Urbanismo

Linha de pesquisa: Processos Urbanos Contemporâneos

Orientadora: Profa. Dra. Thais B. Portela

Salvador
2019

THAIS GARCIA MACAMBIRA

**O medo urbano em Salvador na produção de subjetividade:
estudo a partir do filme Breviário do Horror**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG/AU) da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís de B. Portela

Salvador
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)**

M114

Macambira, Thais Garcia

O medo urbano em Salvador na produção de subjetividade
[manuscrito]: estudo a partir do filme Breviário do horror / Thais Garcia
Macambira. – Salvador, 2019.

105 f. : il. ; 30 cm.

Cópia de computador (*printout(s)*).

Orientadora: Professora Doutora Thaís de B. Portela

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo,
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2019.

1. Espaços urbanos - Salvador. 2. Medo. 3. Mídia. 4. Sociologia
urbana. I. Portela, Thaís de B. II. Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 316.334.56

Responsável técnico: Jeã Carlo Mendes Madureira – CRB/5-1531

TERMO DE APROVAÇÃO

THAIS GARCIA MACAMBIRA

O medo urbano em Salvador na produção de subjetividade: estudo a partir do filme Breviário do Horror

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo e avaliada pela seguinte comissão examinadora:

Aprovada em __ de _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA

Thais de Bhanthumchinda Portela – Orientadora
Doutora em Planejamento Urbano e regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal da Bahia

Ariadne Moraes Silva
Doutora em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

Marcos Oliveira de Carvalho
Doutor em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia

No ato de escrever há a tentativa de fazer da vida algo mais que pessoal, de liberar vida daquilo que a aprisiona (DELEUZE, 1992, p. 178).

RESUMO

O medo gerado pela violência urbana é uma questão recorrente no cotidiano dos brasileiros, vivenciado na prática, no imaginário urbano, na mídia e no discurso das autoridades políticas. Esse medo generalizado interfere na organização do tecido socioespacial das cidades brasileiras. Percebe-se a configuração do território soteropolitano em zonas nobres com condomínios fechados equipados com infraestrutura de qualidade e *shopping centers*, tido como os espaços seguros da cidade e, por outro lado, têm-se as favelas e as periferias interpretadas como espaços de medo. Diante dessa conjuntura, o presente trabalho busca compreender a produção do medo enquanto um instrumento de controle social e as suas repercussões no espaço urbano de Salvador a partir da ferramenta audiovisual do filme *Breviário do Horror*. Dessa forma será realizado o estudo e discussão dessa produção audiovisual baiana selecionada. O medo não se expressa somente através de repercussões no espaço urbano, mas, principalmente, como um mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias direcionadas a uma parcela específica da sociedade brasileira: pessoas pobres, negras e/ou bairros periféricos. Mas, apesar desse cenário, manifestações contrárias são possíveis. O objeto de estudo revela práticas de resistência e sobrevivência frente ao modelo urbanístico hegemônico. Assim, é sempre possível resistir, singularizarem-se, outras percepções de mundo podem ser criadas nas práticas cotidianas, mesmo que lentamente.

Palavras-chave: Medo; Produção de subjetividade; Mídia; Espaço Urbano; Salvador.

ABSTRACT

Fear is a recurrent issue in the daily lives of Brazilians, experienced in the urban imagination, in the media and in the discourse of political authorities. In Salvador, the fear of urban violence stands out. The configuration of the territory can be seen in prime areas with closed condominiums equipped with quality infrastructure and shopping malls, considered as the safe spaces of the city and, on the other hand, have slums and the outskirts interpreted as spaces of fear. Given this conjuncture, this study aims to understand the production of urban fear as an instrument of social control and its repercussions in the urban space of Salvador from the audiovisual tool of the film *Breviário do Horror*. In this sense, the initial analyzes were made through bibliographical research about urban fear and the production of subjectivity, articulating how the production of subjectivity can explain fear as a powerful instrument of social control. In this logic, fear becomes a mechanism that induces and justifies authoritarian policies directed to a specific portion of Brazilian society: poor, black people and / or peripheral neighborhoods. But despite this scenario, contrary manifestations are possible. The object of study reveals resistance and survival practices against the hegemonic urban model. Thus, it is always possible to resist the present, to become singular, other perceptions of the world can be created in everyday practices, even slowly.

Keywords: Fear; Subjectivity production; Media; Urban Space; Salvador.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESE - Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

FUNCEB - Fundação Cultural do Estado da Bahia

DIMAS - Diretoria de Audiovisual

CPB - Certificado de produto Brasileiro

ANCINE - Agência Nacional do Cinema

FECIBA - Festival de Cinema Baiano

TVE - TV Educativa da Bahia

SECULTBA - Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

FGM - Fundação Gregório de Matos

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

SEFAZBA- Secretaria da Fazenda

OMS - Organização Mundial de Saúde

PIB - Produto interno Bruto

BBC - *British Broadcasting Corporation*

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1:PERCURSO METODOLÓGICO: A INVENÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA OBJETO E QUESTÃO FUGIDIOS	18
CAPÍTULO 2: GLOBALIZAÇÃO E MEDO URBANO	26
CAPÍTULO 3: MEDO URBANO E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE	34
3.1 O MEDO MIDIÁTICO BRASILEIRO	40
CAPÍTULO 4: DA COLÔNIA AOS NOSSOS DIAS: A REJEIÇÃO DA RUA BRASILEIRA	46
4.1 A INDÚSTRIA DO MEDO E SUAS REPERCURSSÕES NO ESPAÇO URBANO	53
CAPÍTULO 5: O CASO DE SALVADOR: TRANSFORMANDO O AUDIOVISUAL EM INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO DO ESPAÇO-TEMPO CONTEMPORÂNEO	64
5.1 EXPLORAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

“Não existe mais lugar seguro”, “Hoje não tem mais hora nem lugar”, “Na minha época de criança, eu brincava na rua até altas horas da noite...” É comum ouvir essas expressões que se referem a um passado em que a cidade, supostamente, não era tão violenta. O medo é uma questão recorrente no cotidiano das pessoas, quando se escuta essa palavra parece que todos já conhecem seu significado e maiores esforços não são necessários à sua compreensão. Mas, afinal, o que seria o medo?

O medo pode surgir de diversas maneiras: ao sair de casa, no local de trabalho, ao viajar de avião, ao andar de ônibus, etc. O medo também pode estar relacionado às inundações, tempestades, deslizamentos de terras, como também a furtos, doenças, agressões etc. A lista de medos é extensa e se modifica a partir de diferentes contextos e sujeitos.

O historiador francês Jean Delumeau é uma grande referência na temática do medo, principalmente nos medos de períodos antigos do Ocidente, como o medo dos fantasmas, das trevas, do mar, da peste bubônica dentre outros. De acordo com Delumeau (2007), o medo humano é fundamentalmente o medo da morte. Todos os medos contêm, em diferentes níveis, essa apreensão fundamental. Desde sempre o medo acompanhou a história humana, se modificando de acordo com os tempos e lugares. Antigamente, os principais perigos vinham da natureza, como epidemias, incêndios, terremotos, maremotos, más colheitas dentre outros. Em seguida, com a invenção das armas de fogo na Idade Média, o medo das guerras passou a ser o perigo iminente até chegar aos atos terroristas atuais, conforme afirma o historiador: “[...] O terrorismo tomou dimensão mundial: ninguém mais está protegido em lugar nenhum. O medo tornou-se, cada vez mais, o medo do próprio homem” (DELUMEAU, 2007, p. 6).

Existem medos que são viscerais (medo da noite, do mar etc.), naturais (medo das epidemias, terremotos, más colheitas, incêndios) e os culturais. Esses últimos expressos através do medo do outro, do desconhecido que está na origem do racismo. E teve no século XX grandes repercussões. Hoje, as cidades são os principais núcleos de medo. A sociedade atual declara um sentimento de insegurança geral e a necessidade por segurança é estrutural. Mas será que o sentimento de insegurança é proporcional às situações que a provocam? O fato é que o medo é intrínseco à condição humana (DELUMEAU, 2007).

São diversas as vertentes do medo, deve-se atentar aos medos mais culturais, que podem, igualmente, invadir os indivíduos e as coletividades, fragilizando-os. É o medo do outro originário dos hábitos, costumes, comportamentos e práticas culturais que são diferentes das quais se estão acostumadas e por isso tendem a assustar, chegando até a não fazer sentido. Por tudo isso, o outro, o estrangeiro, o diferente é tido como bode expiatório em situações de perigo. “Se uma desgraça acontece a uma coletividade, é por causa do estrangeiro”. (DELUMEAU, 2007, p. 10).

Dentro da miríade de medos, destaca-se o medo da violência urbana, este é um condicionante nas práticas espaciais da cidade, interferindo na dinâmica urbana e nos usos e apropriações dos indivíduos pelo espaço. Trajetos tidos como inseguros são evitados, em contraponto a espaços que a partir de percepções e de experiências desenvolvem um sentimento de pertencimento, e são apropriados, tidos como locais seguros. Mesmo quando as pessoas residem e permanecem em locais considerados seguros, ainda assim sentem medo. Nesse sentido, a informação cada vez mais rápida e ampla de assaltos e crimes ocorridos em diferentes áreas da cidade podem amplificar o impacto dos medos.

O urbanista Jan Gehl afirma que sentir-se seguro é fundamental para que as pessoas se apropriem dos espaços urbanos. Em geral, espaços que tenham pessoas circulando e/ou vivenciando o espaço, torna a cidade mais convidativa e segura, em termos de segurança percebida ou experienciada (GEHL, 2013).

No Brasil, o medo da violência urbana é uma questão cotidiana. Jornais, rádios, mídias sociais veiculam diariamente notícias de crimes, de roubos e de mortes, corroborando com a ‘cultura do medo’ e aumentando a sensação de insegurança, influenciando na forma como as pessoas percebem o espaço urbano. Nesse contexto, como consequência do medo da violência urbana, formas explícitas de vigilância são cada vez mais incorporadas ao desenho das cidades. “Se na Antiguidade os muros rodeavam a cidade, oferecendo segurança a todos, hoje cada um possui seu muro particular” (BAYER, DANTAS, 2018, p. 5). Os muros equipados com cercas elétricas, câmeras de vigilância e arames farpados são constantes nas paisagens urbanas brasileiras.

O discurso¹ do medo e da insegurança estabelece um conjunto de relações de poderes que configura na venda de terrenos e imóveis que estão a serviço de agentes produtores do espaço urbano, como proprietários fundiários, o próprio Estado, empresas imobiliárias e de construção civil e também pelas empresas de segurança privada que encontra um ramo bastante lucrativo. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (ABESE), o setor de segurança faturou 6,52 bilhões de reais no ano passado (2018) no Brasil e prevê um crescimento de 10% no mercado para 2019. “A segurança plena é uma utopia, na medida em que o medo advém da impossibilidade de antever um acontecimento futuro” (BAYER, DANTAS, 2018, p. 5). Diante dessa incapacidade de prever o futuro, alterações na forma e na arquitetura da cidade são cada vez mais concretizadas. Desse modo, é importante compreender a complexidade que permeia este medo específico em sua dimensão espacial e suas repercussões na vida urbana cotidiana, refletindo assim como as cidades de hoje vem se consolidando (CALDEIRA, 2000).

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender a produção do medo enquanto um instrumento de controle social e sua expressão na arquitetura do espaço urbano de Salvador a partir da ferramenta audiovisual do filme *Breviário do Horror*. Como meio de alcançar esse objetivo, tem-se como objetivos específicos: entender a produção de espaços a partir do discurso do medo; compreender a produção de subjetividade relacionada ao medo e seus efeitos cotidianos.

1 A noção foucaultiana de discurso está presente na sua obra *Arqueologia do Saber*, publicada em 1969. Nesta obra, o autor afirma que o discurso é um conjunto de enunciados, sob a mesma formação discursiva, realizadas ao longo do tempo. De acordo com o autor, toda produção de discurso em uma dada sociedade é concomitantemente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por meio de procedimentos que tem como objetivo conjurar seus poderes e perigos. O discurso envolve algo mais do que saber o que se fala, envolver saber quem fala, para quem fala e como falam, pois o discurso pode ter inúmeras funções e significados. Portanto, o discurso vai além do que está escrito e falado, não é uma única verdade absoluta ou possui apenas um sentido, são histórias inseridas num contexto específico, “[...] não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras” (FOUCAULT, 1997, p. 56). Para Foucault (1997), o discurso está a serviço de um jogo de poderes e controles que são estabelecidos e, neste sentido, analisar o discurso é “fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo [de poderes] que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 1997, p. 174). Um discurso, então, é uma construção social e ideológica, que se revela como um conjunto de relações de poderes e saberes que se configuram enquanto um objeto de desejo que está a serviço destas relações, sendo representado como verdade e norma a partir de interesses mobilizados, geralmente hegemônicos, normalizando ou não modos de pensar, falar e compreender, adquirindo assim legitimação ou ‘vontade de verdade’ (FOUCAULT, 2012).

A fim de alcançar esses objetivos, este trabalho utiliza como campo metodológico a linguagem audiovisual, dessa forma será realizada a divisão do filme em sequências². Segundo Passarelli (1999), esse procedimento permite identificar os blocos narrativos³ de um filme, o que possibilitará desenvolver os temas abordados ao longo dessa produção audiovisual em estudo.

Importante destacar que o que foi abordado no trabalho não é algo particular da cidade de Salvador, outras cidades brasileiras apontam para processos semelhantes. O foco aqui foi compreender o medo enquanto uma estratégia de controle social potente, com foco na dimensão subjetiva deste. Os principais conceitos abordados no trabalho, como medo e produção de subjetividade foram recolhidas a partir de pesquisas bibliográficas. Nesse sentido, com a intenção de se aproximar o máximo possível da realidade do objeto em pauta, as questões que aqui foram trabalhadas desdobraram-se em cinco capítulos: partem de um solo mais amplo e teórico em direção à busca de rastros específicos e concretos da experiência dos corpos na cidade.

Assim, o primeiro capítulo discorre sobre o percurso metodológico deste trabalho. Primeiramente, descreve-se como se chegou ao método de estudo que se revelou enquanto um procedimento eficaz para a pesquisa em questão. Posteriormente, relata-se como se deu a escolha do objeto de estudo e quais foram os procedimentos adotados, como a visita de campo a órgãos públicos. Importante destacar a adoção do método audiovisual enquanto instrumento metodológico, este tem sido cada vez mais um importante meio de promoção de discussões, análises e críticas.

No que concerne ao segundo capítulo, esse versa sobre a relação entre o medo urbano e a globalização na perspectiva macro. Nesse contexto, está o processo de urbanização enquanto parte característica da globalização. Esses processos se configuraram de diferentes formas nos continentes. Deste modo, esse capítulo trará um panorama geral da globalização em escala mundial e depois serão abordadas questões pertinentes a este processo na América Latina. Esses diferentes contextos significam distintas formas de violência e insegurança urbana, sendo as maiores taxas de violência

² Conceito desenvolvido no capítulo 5 deste trabalho.

³ Conceito desenvolvido ao longo do capítulo 5, mas de forma resumida, blocos narrativos são um conjunto de planos ligados por uma unidade narrativa.

e criminalidade registradas nos países latino-americanos, revelando o quadro social violento e de insegurança em que a região está inserida.

Após a análise do medo urbano de forma mais geral, no contexto da globalização e das novas tecnologias de informação, o terceiro capítulo desse trabalho se debruça sobre a importância dos processos de subjetivação capitalística⁴ na produção contemporânea do medo. Destaca-se o medo enquanto um instrumento capaz de dominar, se apropriar e influenciar indivíduos dentro de um contexto sociocultural, engendrando diversas relações socioespaciais e é dentro desse campo de forças que se identificam os processos de produção de subjetividade.

Esse capítulo se dará num primeiro entendimento do processo de desequilíbrio da Ecosofia, entendida enquanto articulação entre três registros ecológicos: do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade. A partir desse desequilíbrio, será possível compreender a dimensão subjetiva do medo inserida nessa lógica capitalística, que é massificada pelos meios de comunicação. E esse se torna um mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias, repressivas e de controle social. Assim, é fundamental problematizar esses processos de produção de subjetividade no âmbito da construção do medo da violência urbana. Autores como Gilles Deleuze (2013); Felix Guattari, Suely Rolnik (1996) foram bases teóricas para o desenvolvimento dessa parte do trabalho.

Importante ressaltar que este capítulo transita da percepção macro à micropolítica, situando as micropolíticas urbanas enquanto processos de singularização que expressam ações, paixões e desejos. Ou seja, transita entre a forma binária de pensamento, do modelo arborescente, característico da Modernidade, à forma contemporânea de pensamento, o pensamento rizomático⁵. Esse trabalho muitas vezes entrou na lógica da reprodução do discurso hegemônico, da epistemologia dominante, afinal, é difícil incorporar a linguagem sistêmica e da complexidade.

⁴ Conceito desenvolvido no capítulo 2.

⁵ Em *Mil Platôs*, Deleuze e Guattari (1995) produzem o conceito de rizoma: “[...] Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’ há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desraizar o verbo ser” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 37).

Esse capítulo se desdobra no medo da violência urbana veiculado pelas mídias agenciadas⁶ pelos processos de construção de subjetividade, que muitas vezes divulgam informações a partir de interesses específicos. Nesse contexto, a mídia, normalmente, inserida na ordem hegemônica faz parte de um agenciamento de relações, indivíduos e coletivos, onde através desses processos de produção subjetividade consolidam um campo de exclusão e extermínio socioeconômico, onde uma parcela específica da população, neste caso brasileiro, corpos negros são levados constantemente à morte e à invisibilização, garantindo a eficácia da necropolítica (MBEMBE, 2018). Nesse capítulo, foram estudados autores contemporâneos como Bento (2018); Coimbra (1998); Endo (2005); Sonoda (2013), além dos citados acima. Importante ressaltar que, ao longo do trabalho, os autores e conceitos suscitados para o seu desenvolvimento foram devidamente indicados.

Assim, esse cenário marcado por uma produção de subjetividade pautada pelo medo que tem suas raízes herdadas do período colonial e escravocrata brasileiro (FREYRE, 1981; DAMATTA, 1997; LEITÃO, 2009), tema do capítulo seguinte, o quarto.

O quarto capítulo disserta sobre a indústria do medo e uso do consumo capitalista do espaço urbano que gera transformações urbanas, criando espaço de segregação nas cidades expressos através dos famosos condomínios fechados, de muros e de grades. Atrelado a isso, há a reprodução do capital imobiliário na venda de uma cidade segura. Nesse contexto, os aparatos de segurança dessa indústria do medo

⁶ O termo agenciamento na filosofia de Deleuze e Guattari é composto por dois segmentos: agenciamento maquínico de efetuação (sistema semiótico, regime de signos, conteúdo) e agenciamento coletivo de enunciação (sistema pragmático de ações e paixões expressão). “Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 23). “O conteúdo está ligado às ‘formações não discursivas’, a exemplo da prisão, escola, o panóptico e o manicômio, situando-se no campo das visibilidades. A ‘expressão’, por seu turno, remete às ‘formações discursivas’, a exemplo do direito penal, pedagogia, psiquiatria” (SANTOS, 2014, p. 90). O agenciamento distingue, portanto, “uma forma de expressão, na qual ele aparece como agenciamento coletivo de enunciação, e uma forma de conteúdo, na qual ele aparece como agenciamento maquínico dos corpos” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.89). Então, “as pessoas são alvos de agenciamentos coletivos e maquínico, os quais se apoderam delas e tornam possível que o enunciado seja enunciável (agenciamento de enunciação) e que o visível seja visto (enunciado maquínico)” (SANTOS, 2014, p. 91). Desta forma, “não existe enunciação individual nem mesmo sujeito de enunciação” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 12), este o sujeito só passa a existir a partir do agenciamento. O limite dessa fuga é a esquizofrenia, que representa a total desterritorialização, exceto isso, todos são movidos pelos dois tipos de agenciamentos.

vendem a cidade tranquila, segura e limpa, onde grandes partes das candidaturas eleitorais se apoiam, se ‘vendendo’ através do discurso do medo. Para isso, o livro Cidade de Muros da autora Teresa Caldeira (2000) será referência. Caldeira aborda aspectos do medo da violência urbana, destacando as questões repressivas e autoritárias policiais na cidade de São Paulo. Além da arquiteta, autores como Roberto Lobato Corrêa (2002) e Marcelo Lopes de Souza (2008) serviram de referência nessa parte do trabalho.

O quinto e último capítulo trata do estudo do filme Breviário do Horror, levando em conta a história e o contexto geral da cidade de Salvador, de forma a fundamentar, ilustrar e defender a argumentação central do trabalho. Dessa maneira, os dados populacionais e urbanísticos são levados em conta e ainda no tocante ao urbano, são consideradas as peculiaridades da cidade soteropolitana. Após a caracterização inicial do crescimento socioeconômico e demográfico da cidade de Salvador, parte-se para a discussão do objeto de estudo.

A discussão final busca tornar explícita a articulação entre a produção de subjetividade e o medo enquanto uma ferramenta de controle e de vigilância sobre a cidade e suas repercussões no espaço urbano soteropolitano.

No que diz respeito ao recorte temporal, é necessário esclarecer que a pesquisa busca compreender o instante presente a partir de um contexto histórico profundamente relacionado ao momento contemporâneo.

Por fim, o Urbanismo, através do seu escopo teórico e das possibilidades de diálogos com outros campos de conhecimento, ofereceu caminhos valiosos para a compreensão da produção de subjetividade do medo e suas repercussões no espaço urbano soteropolitano. Dada à relevância desse tema, constata-se que ele extrapola as fronteiras disciplinares dessa área. O interesse da pesquisa se deu pela riqueza do seu tema e por se perceber a importância da vivência nos espaços cotidianos. Tal interesse é reforçado diariamente na prática desta pesquisadora, pois se acredita que uma das principais responsabilidades da pesquisadora é tornar explícito aquilo que se encontra implícito.

Assim, enquanto cidadã e urbanista inserida neste mundo contemporâneo inquieto evidencia-se o campo da segurança como cada vez mais mercadológico que transforma cidadãos em prisioneiros. Desse modo, é importante resistir ao que está dado e exigir que a prática da urbanidade esteja mais conectada às experiências cotidianas das

peças. Por último, compreende-se também que este trabalho não esgotará a temática, até porque são muitas as hipóteses e ideias acerca do tema, além da complexidade que permeia as análises entre esses diferentes campos de saberes.

1 PERCURSO METODOLÓGICO: A INVENÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA OBJETO E QUESTÃO FUGIDIOS

As cidades contemporâneas se configuram enquanto amplos campos de comunicação, seja pelos fluxos humanos, comerciais e/ou simbólicos, seja pela diversidade de estímulos visuais e informacionais que habitam pela rua, caracterizando a polifonia urbana (SODRÉ, 2005). Nessa lógica, a sociedade contemporânea está cada vez mais moldada pela tecnologia informacional e pela cultura imagética. Nesse contexto, a linguagem audiovisual revelou-se como método potencial para a pesquisa em questão. As produções audiovisuais caracterizam-se como importante meio de articulação entre diferentes tempos históricos e espaços, entre ficção e realidade e tem ressaltado “[...] tanto os movimentos instituídos de grupos dominantes, quanto os movimentos contemporâneos de grupos tradicionalmente subordinados/subjugados/excluídos” (OLIVEIRA, 2018, p. 3). Assim os grupos dominados passaram a produzir conteúdo também, nesse sentido, é importante conceituar o termo audiovisual:

Entende-se aqui o audiovisual como um meio, uma mídia, que participa cada vez mais do cotidiano da sociedade urbana. Com a popularização da *internet*, a produção audiovisual deixou de ser produzida apenas por uma minoria especializada (telejornais, televisão, cinema, artes) e consumida por uma população passiva e passou a ser mais uma linguagem em disputa, onde a população consumidora passou também a produzi-la. Seja como um registro para documentar alguma violência sofrida em algum protesto ou conflito sócio urbano, seja como documentação de alguma negligência de infraestrutura, seja como registro de memória-afetiva; é possível ver a cidade e um discurso sobre ela através deste recurso que produz sentido ao ligar som e imagem-fotográfica em uma recorte-temporal. (KALAFFA, 2017, p. 32, grifo da autora).

O audiovisual assume, assim, importante papel na vida cultural, social, política e econômica de determinada sociedade. Partindo dessa premissa, parece oportuno considerar os aspectos inerentes ao uso de fontes fílmicas em pesquisas do campo do urbanismo. O próprio campo do urbanismo no século XXI exige cada vez mais a incorporação de métodos audiovisuais, seja através das simulações do espaço urbano a fim de antever impactos ambientais e visuais, seja por meio da apresentação de maquetes virtuais, seja enquanto mobilizadores de apoio às práticas de planejamento

urbano; dentre outras. No Brasil, verifica-se um crescente interesse por métodos de análise audiovisual em áreas diversas, na área da Saúde, na Antropologia, na Sociologia, na Historiografia, na Psicologia, dentre outras. Cid Vasconcelos Carvalho (2009), doutor em sociologia, afirma que apesar desse crescimento, a apropriação desses métodos pelo universo acadêmico ainda é recente:

[...] Em boa parte dos casos, a produção acadêmica que começa a ser produzida na área, sobretudo em termos da realidade nordestina, tem sido gerada mais por conta de um interesse e esforço individual – com as vantagens e obstáculos típicos de tal situação – de pesquisadores do que propriamente de núcleos de pesquisa, ainda que esses também tenham surgido nos últimos anos (CARVALHO 2009, p. 197).

A escolha desse método se deu, primeiro, pelas narrativas do medo perpassar pelas produções audiovisuais contemporâneas. Em segundo lugar, a potência da imagem no processo de aprendizagem enquanto enfoque semiótico⁷, ou seja, enquanto ciência que estuda/analisa os diversos signos (verbais ou não) da comunicação visual. E, por último, pela potência de comunicação que o audiovisual detém, podendo engendrar processos de identificação e de representatividade com o público. Dessa forma, o audiovisual é uma ferramenta de autorrepresentação e pode atuar como forma de apresentar um grupo selecionado sem estereótipos. Assim, é preciso levar em conta a força política que o audiovisual dispõe. Nesse sentido, Jean Comolli (2008), cineasta francês, afirma:

Se existe um uso político do cinema e, especialmente, do cinema documentário, se é verdade que com o cinema, arte do corpo, do grupo e do movimento, torna-se finalmente possível tratar a cena política segundo uma estética realista, trazendo-a de volta da esfera do espetáculo para a terra dos homens, como as opções de escritura não diriam algo sobre a atual conjuntura? [...] ‘Filmar politicamente’ já seria valer-se do cinema para compreender o momento político em que alguém filma (COMOLLI, 2008, p. 124).

De acordo com a diretora Silvana Olivieri (2007, p. 45): “Não há praticamente nenhuma fronteira entre o filme documentário e o filme ficção. O cinema, arte do duplo,

⁷ O campo da semiótica engloba: “[...] uma quase-ciência que investiga os modos como apreendemos qualquer coisa que aparece à nossa mente, qualquer coisa de qualquer tipo, algo simples como um cheiro, uma formação de nuvens no céu, o ruído da chuva, uma imagem em uma revista etc., ou algo mais complexo como um conceito abstrato, a lembrança de um tempo vivido etc, enfim, tudo o que se apresenta à mente (SANTAELLA, 2008, p. 2 apud ARAGÃO, 2018, p. 36)

já é a passagem do mundo do real ao mundo do imaginário". Importante frisar que a discussão entre ficção e documentário e sobre o último ser ou não um gênero fílmico são extensas e não serão tratadas nesta dissertação. O interesse aqui é analisar a produção selecionada pela ótica da câmera, da escuta e dos referenciais teóricos abordados.

Com a intenção de reforçar o argumento acerca das escolhas metodológicas feitas e de compartilhar a experiência da construção metodológica enquanto uma construção processual, encontra-se respaldo na bibliografia quatro autores clássicos do campo da Comunicação: Vanoye e Goliot-Leté (2002), Penafria (2009) e Aumont (2004). Segundo Penafria (2009) o estudo de um filme é sinônimo de decompor esse filme, considerando seus aspectos internos e externos.

[...] Embora não exista uma metodologia universalmente aceita para se proceder à análise de um filme (AUMONT, 1999) é comum aceitar que analisar implica duas etapas importantes: em primeiro lugar decompor, ou seja, descrever e, em seguida, estabelecer e compreender as relações entre esses elementos decompostos, ou seja, interpretar (VANOYE, 1994 apud PENAFRIA, 2009, p. 1).

Portanto não existe apenas um roteiro de análise, já que esse método é baseado na interpretação. Assim, “Por se tratar de um método interpretativo que não possui uma fórmula única a ser seguida, é preciso criar o próprio caminho, desenvolver categorizações que darão embasamento para que a análise não seja uma interpretação vã” (MOMBELLI & TOMAIM, 2014, p. 2). Aumont contribui sobre a temática:

Não existe, apesar do que por vezes se diz, um método universal de análise de filmes. Existem métodos, é certo, mais ou menos numerosos e de alcance mais ou menos geral (sem o que este livro não teria assunto), mas, pelo menos até hoje, eles mantêm-se relativamente independentes uns dos outros. [...] A análise tem efetivamente a ver com a interpretação; que esta será, por assim dizer, o ‘motor’ imaginativo e inventivo da análise; e que a análise bem sucedida será a que consegue utilizar essa faculdade interpretativa, mas que a mantém num quadro tão estritamente verificável quanto possível. (AUMONT, 2004, p. 15- 17).

Apesar de ser um método interpretativo e criativo, muitos métodos audiovisuais ainda não estabelecem um espaço de diálogo efetivo com o filme, muitos aspectos não são debatidos, como valorizar o contexto histórico, o apelo estético, o processo de criação e também as implicações estético-ideológicas. Assim, a investigação de um

filme é uma tarefa complexa e um dos principais problemas é: “[...] o fato do filme não ser citável, por exemplo, na análise/crítica literária são usadas palavras que se referem a palavras, já análise/crítica de filmes são usadas palavras que se referem a imagens e sons” (PENAFRIA, 2009, p. 5). Desse modo, a análise literária se faz no mesmo plano da escrita de seu objeto de estudo, enquanto que no cinema não.

Segundo Penafria (2009), o cinema não deve ser interpretado somente pelo seu conteúdo, os aspectos formais também devem ser levados em conta, pois “A sua proposta vai no sentido da análise, que permite ver mais e ouvir mais – enquanto experiência dos sentidos -, em vez de escavar significados ocultos” (PENAFRIA, 2009, p. 3). Silva (2007) discorre sobre o assunto:

[...] No campo da linguagem, a materialidade da análise (texto escrito) e o objeto analisável (audiovisual) são feitos de linguagens diferentes. Essa diferença traz problemas de ordem metodológica, o que implica um dispositivo de observação do filme muito claramente descrito e que se delimitem as redes de observação que foram fixadas e organizadas segundo os eixos escolhidos. Em resumo: uma análise é sempre um eixo de escolha. [...] O objetivo da análise não é explicar o conjunto dos textos, mas abordá-los como fontes iconográficas (SILVA, 2007, p. 43).

Diante dessa complexidade, utilizou-se das narrativas e cenas mostradas ao longo da produção audiovisual estudada como referência para desenvolver temas que retratam realidade soteropolitana e correlacioná-los com o referencial teórico estudados.

É importante também considerar as várias possibilidades de interpretação de uma produção cinematográfica, já que estas vão depender diretamente de quem a está analisando, portanto, mesmo que outras pessoas façam o uso desse método, os resultados e interpretações que vão surgir a partir das análises de uma mesma produção audiovisual serão plurais.

Destaca-se que são várias as relações de poder que dialogam com a linguagem audiovisual, que se embatem no dia a dia, na rua, dentro de casa, no trabalho, no lazer ou na escola. Ocorre-nos uma potencialização de ouvir, olhar e conceber o mundo audiovisualmente e isso se traduz em implicações diretas sobre a forma como atuamos neste mundo (SCHERDIEN; BORTOLINI, & OLTRAMARI, 2018).

Esclarecido o método de estudo, encaminha-se para a próxima etapa desta metodologia, a qual consistiu basicamente em selecionar o objeto de estudo. Vale frisar que o recorte temporal, apesar de ser um período historicamente muito curto, justifica-se

pelas transformações serem bastante significativas nesse cenário contemporâneo tanto na sociedade quanto nas produções audiovisuais. Dessa maneira, não seria possível englobar um recorte maior, pois o volume de produções é vasto, logo seria impossível abrangê-los em sua totalidade.

1.1 SELEÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A fim de escolher o objeto de estudo, fez-se o uso da abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, onde foi possível realizar a escolha do filme. No que concerne à pesquisa documental, ela foi realizada em órgãos públicos, secretarias do Estado e apoiadores financeiros das produções audiovisuais baianas, como o Núcleo de Memórias da Diretoria Audiovisual (DIMAS) da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), a TV Educativa da Bahia (TVE); Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB); Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA); Secretaria Municipal de Cultura de Salvador; Casa de Cinema da Bahia e Fundação Gregório de Mattos (FGM). As visitas de campo a essas instituições serviram como importante base de dados, sendo essenciais na escolha final do objeto de análise.

A ideia inicial era fazer um levantamento de dados, esse consistiu em mapear as mostras e festivais realizados na Bahia pós-anos 2015 a fim de verificar se a temática do medo urbano era presente. Contudo, à medida que o levantamento ia sendo realizado, este foi se mostrando ineficaz, pois se percebeu que muitas produções audiovisuais não circulam necessariamente nesses eventos oficiais. Além disso, as mostras e festivais são seletivas com seus editais, não abarcando a totalidade das produções audiovisuais e outra dificuldade encontrada foi também que não se teria acesso às produções audiovisuais que por ventura fossem escolhidas, pois, muito não estavam disponíveis na íntegra na internet. Portanto, a ideia inicial em fazer a escolha do material audiovisual a partir da coleta desse banco de dados não se efetivou.

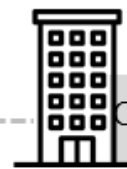
Então, a escolha do objeto de estudo se deu por meio das visitas de campo, no qual a pesquisadora conseguiu realizar conversas e entrevistas com os funcionários que passaram a indicar outras pessoas que poderiam contribuir para a pesquisa como também as próprias produções audiovisuais correlatas ao estudo. Relembrando que os critérios de escolha do filme selecionado foram produções audiovisuais baianas contemporâneas relacionadas à problemática em questão: compreender a produção do

medo enquanto um instrumento de controle social e sua expressão na arquitetura do espaço urbano de Salvador. No que diz respeito ao formato e gênero, esses critérios foram livres, pois não iriam interferir no fazer metodológico.

Vale frisar que as pessoas indicadas pelos funcionários não necessariamente estavam dispostas a participar da pesquisa, portanto, isso também foi levado em conta. Mas a vantagem é que como essas indicações foram feitas a partir da relação pessoal dos funcionários, isso gerou confiabilidade à pesquisa. Dessa forma, buscou-se explicar ao máximo os objetivos e intenções da pesquisa para as pessoas. Afinal, esses foram os indivíduos-chave que permitiram o aumento da rede de contatos e as indicações de filmes. A partir daí, contatos foram realizados com outros pesquisadores, cineastas, produtores, professores universitários, funcionários de órgãos públicos, estudantes de cinema, de comunicação, de arquitetura, estudantes de forma geral, a fim de descobrir produções audiovisuais que tivessem o perfil adequado para a temática estudada. Assim, algumas pessoas indicaram filmes que tiveram o perfil que se estava à procura. A figura abaixo ilustra a rede de indicações de contatos e filmes realizados nesta pesquisa para a seleção final do objeto de estudo.

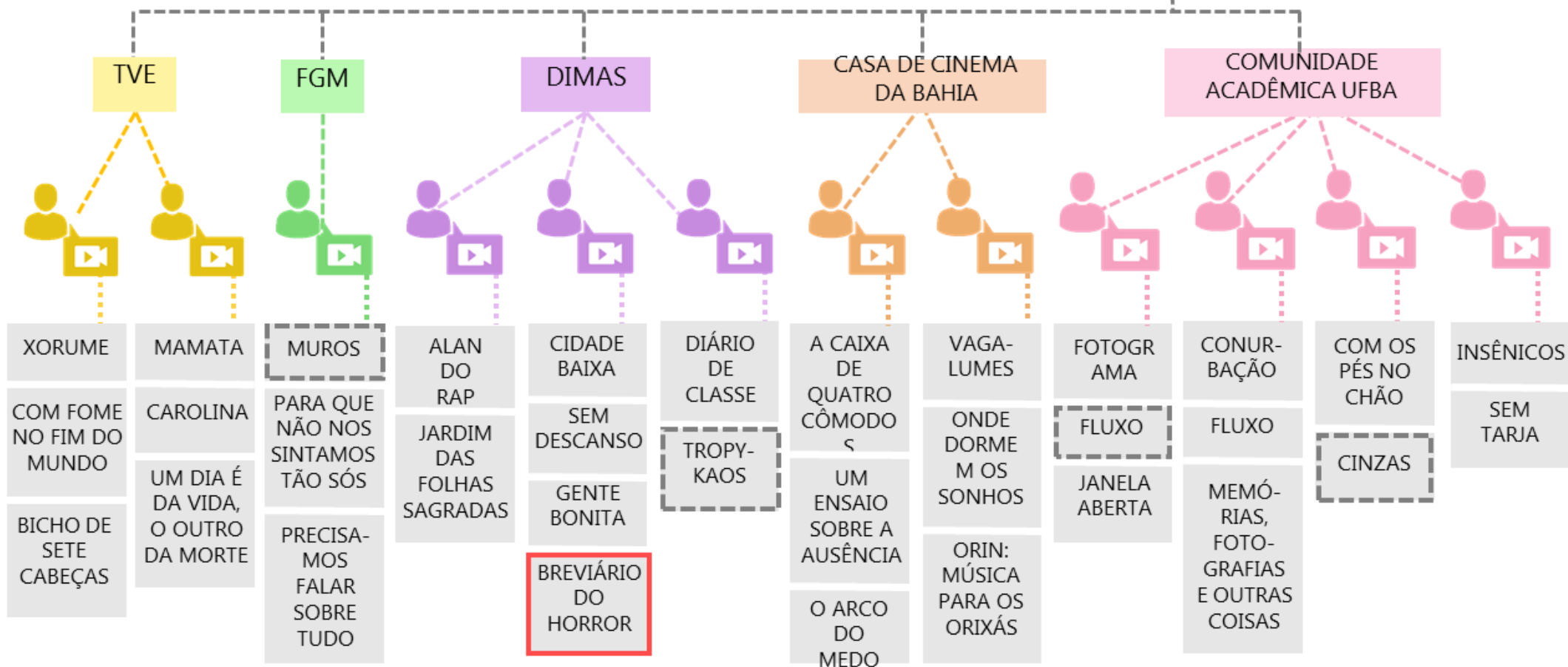


REDE DE INDICAÇÕES DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL



ORGÃOS VISITADOS EM CAMPO

PESQUISADORA



PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS PRÉ-SELECIONADAS



PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SELECIONADA

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Ao total foram 34 produções indicadas, que variaram quanto ao tipo de formato, gênero, origem, dentre outros. A quantidade significativa de pessoas participantes possibilitou um maior número de indicações de produções audiovisuais.

Além das recusas de participantes das produções audiovisuais pré-selecionadas, outros não foi possível contatá-los. Contatos através de e-mail, perfil do Facebook, *website* da produção audiovisual, mensagem via Whatsapp foram feitos, mas infelizmente, não se obteve resposta. E as outras recusas foram justificadas pela falta de tempo dos participantes devido à grande demanda de compromissos.

Ao escolher como material de análise produções audiovisuais, foi possível observar fragmentos da história da cultura, percebendo e apreendendo o tempo e o espaço em que os sujeitos estão inseridos. Além disso, essa análise audiovisual possibilitou compreender o complexo contexto teórico metodológico que está implícito na pluralidade do ser, estar, pensar e saber, isto é, os processos de subjetivação. A apresentação dos resultados e as falas surgidas ao longo das produções audiovisuais explicitam muitas das teorias estudadas.

Por fim, a discussão do objeto de estudo envolverá diversas idas e vindas à produção audiovisual estudada. Esse processo de ida-vinda é o momento em que a pesquisadora vem assistindo ao filme em seu lar, decompondo-o, destacando os aspectos internos e externos, recortando-o em planos e enquadramentos que suscitaram os conceitos estudados. A partir de agora, se encaminha para o segundo capítulo desse trabalho intitulado como globalização e medo urbano.

2.0 GLOBALIZAÇÃO E MEDO URBANO

A história do medo vem desde os primórdios da humanidade se modificando e adquirindo novos contornos em cada sociedade a cada tempo. O cenário do medo e da violência urbana está imbricado no processo de globalização. Na compreensão desse processo global de homogeneização das práticas do capital e fragmentação dos espaços e de atividades produtivas, hierarquização do direito à moradia digna, aos bens e serviços que se explicam os medos, particularmente o medo da violência urbana; bem como sua expressão na arquitetura do espaço urbano como tendência de separação e criação de barreiras físicas e sociais no desenho da cidade. Nesse sentido, a violência urbana não apenas ameaça a segurança das pessoas, mas também o desenvolvimento humano, que geralmente está associada às taxas de criminalidade ou a figura de vândalos. Esta, na realidade, é oriunda do processo de globalização e da expansão da ideologia neoliberal que foi acompanhada pela diminuição das políticas de intervenção social, assim como pela desindustrialização e polarização das cidades. Deste modo, a violência urbana é um problema social dominante da sociedade urbana e global (LOURENÇO, 2013).

A questão da segurança tem ocupado um lugar central nas preocupações da sociedade global no mundo contemporâneo. Com o processo da globalização⁸, significativas mudanças sociais e culturais ocorreram. Deste modo, medidas de controle e de segurança vêm sendo implementadas. Delumeau (2007) discorre sobre o tema:

Quase em todos os lugares do mundo, e mesmo em velhos países da Europa, a insegurança está aumentando, com roubos e violências se acumulando [...] A cidade grande se tornou sinônimo de insegurança, particularmente nos bairros de periferia. É uma banalidade dizer isso, mas é preciso lembrar que essa situação é contrária ao que prevaleceu durante muito tempo. (DELUMEAU, 2007, p. 13-15).

A relação entre a globalização, a urbanização e a vulnerabilidade estendida das cidades devido ao aumento de insegurança é analisada pelo sociólogo português Nelson Lourenço. De acordo com Lourenço (2013), essa relação requer uma leitura ampla das dinâmicas urbanas e dos processos de metropolização. A segurança bem como a

⁸ A globalização foi um processo acelerador e intensificador de integração de capital, de bens e serviços, de pessoas que foi impulsionada pela redução de custos de mobilidade e comunicação, ocorrido no final do século XX e início do século XXI (LOURENÇO, 2013).

violência urbana exerce um papel fundamental na constituição da sociedade contemporânea.

A globalização é resultante de processos de mudanças estruturais associados à revolução científica e tecnológica iniciada com a Revolução Industrial. Mudanças essas que envolveram as transformações nos setores produtivos com a terceirização da economia e diminuição da população na indústria e principalmente na agricultura com o conseqüente êxodo rural. Além disso, nenhuma outra sociedade vivenciou tamanho dinamismo e ritmo desenfreado de mudanças como a atual. “E em nenhuma outra época histórica os indivíduos tiveram um acesso tão facilitado a tanta informação” (LOURENÇO, 2013, p. 13). Em linhas gerais, o processo de globalização envolve a consolidação das relações sociais a nível mundial, conectando localidades a quilômetros de distância, é a conexão tanto a nível global como local (GIDDENS, 1995 apud LOURENÇO, 2013). Neste sentido, Lourenço (2013) atenta para o papel das tecnologias de informação e de comunicação (TICs):

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de informação resultantes da revolução digital intensificaram os efeitos do processo de globalização mudando a natureza do tempo e do espaço, alterando a noção de distância, cruzando fronteiras e descontextualizando muitas das instituições e das práticas sociais (LOURENÇO, 2013, p. 14).

O processo de globalização, assim, faz emergir novas formas de violência e de criminalidade, onde a cidade se torna incapaz de vencer uma pobreza crescente e de oferecer os serviços inerentes a uma determinada sociedade. Conforme afirma Lourenço (2013, p. 15): “Pensar a violência e insegurança urbanas exige reter o crescimento exponencial das cidades em número e dimensão: vivem hoje mais pessoas em cidades do que o total da população mundial em 1960”. A urbanização é um elemento constitutivo significativo do processo de globalização e seu ritmo geralmente está proporcionalmente ligado à pobreza, criminalidade e violência.

Importante ressaltar que as taxas mais elevadas de crime e violência urbana são registradas nos países em desenvolvimento, como os países da América Latina, África e Ásia, onde a urbanização não foi acompanhada do processo de industrialização, característico dos países desenvolvidos. Acrescido a esses fatores, são nesses continentes, os primeiros, que também se verificam os índices mais altos de crescimento

demográfico. Segundo algumas agências internacionais (World Bank, 2003; UN-Habitat 2007) o crescimento dessas taxas revelam um grave problema social e econômico a ser combatido nesses países devido ao conseqüente aumento dos riscos⁹ e vulnerabilidade¹⁰ dessas populações (LOURENÇO, 2013).

De acordo com estudos correntes das Nações Unidas, o processo de urbanização nos países em desenvolvimento se constitui em áreas urbanas fragmentadas e na segregação socioeconômica, resultando em elevados níveis de insegurança. Atreladas a esse panorama, encontram-se a pobreza e a exclusão social onde os grupos sociais mais desfavorecidos são aqueles mais vulneráveis. Esses grupos geralmente residem em zonas de habitat informal sem uma infraestrutura adequada, revelando processos de estigmatização social e de segregação¹¹ socioespacial, característicos da globalização (LOURENÇO, 2013).

Segundo Lourenço (2013) a segregação resulta de uma série de fatores econômicos, sociais, políticos e de morfologia urbana, como as políticas de gestão fundiária com a diferença de preço nos terrenos e a especulação imobiliária. Estudos recentes realizados na Europa apontam que a segregação socioespacial contribui para o fracasso escolar, ao desemprego e colabora para o início de práticas de comportamentos delinquentes e antissociais (GALSTER et al. 2008; BOUZOUINA, 2008 apud LOURENÇO, 2013). Nesse contexto, Lourenço (2013, p. 27) afirma que os grupos de jovens perturbadores ou grupos de rua se constituem enquanto parte da identidade dessas pessoas,

[...] Substituindo um Estado ausente e uma sociedade que lhes proporciona reduzidas alternativas, definindo os seus próprios padrões de comportamento, no quadro de uma subcultura por si legitimada, estes grupos surgem a estes jovens como uma irmandade e a porta de entrada a um desejado bem-estar material, mesmo que ilícito ou criminal.

Portanto, a atividade criminosa configura um importante papel na vida desses jovens. Hoje, esses grupos de rua são uma realidade cotidiana das cidades

⁹ “[...] corresponde à probabilidade de danos – mortes, ferimentos, destruição de bens materiais, diminuição de rendimento, ruptura de atividade econômica ou degradação ambiental” (LOURENÇO, 2013, p. 17).

¹⁰ “Vulnerabilidade refere-se à susceptibilidade de um indivíduo – ou de uma comunidade – sofrer danos decorrentes de um evento com capacidade de produzir risco” (LOURENÇO, 2013, p. 17).

¹¹ O vocábulo segregação refere-se quer a políticas que relembram determinados grupos de uma população a viver em zonas específicas de uma cidade, que constituem medidas de segregação espacial, quer a políticas de discriminação legal e econômica, isto é, de segregação social (LOURENÇO, 2013, p. 20).

metropolitanas, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, contribuindo para a violência urbana e o sentimento de insegurança.

No cenário brasileiro, esses grupos socialmente mais desfavorecidos compõem quadros sociais mais violentos. No Rio de Janeiro, em 2002, a taxa de homicídios nos bairros menos assistidos era de 177 por 100.000 habitantes, já nos bairros de classe média era de 57 (WINTON, 2004 apud LOURENÇO, 2013).

Vale frisar que embora o processo de urbanização ligado à globalização seja um traço característico da sociedade atual, é importante que se esclareça que os padrões de desenvolvimento urbano ocorreram de formas distintas na América do Norte e na Europa, por exemplo, bem como nos países da América Latina. A cada um destes contextos urbanos correspondem diferentes realidades assim como díspares processos de violência e insegurança urbana, não podendo, portanto, ser comparáveis (LOURENÇO, 2013).

A partir de agora se dará ênfase a questões especificamente relacionadas a América Latina. Esse continente compreende mais de 20 países, história e territorialmente conformados como ex-colônias de potências europeias (principalmente de Portugal e Espanha). A América Latina é caracterizada pela industrialização tardia, pelo subdesenvolvimento e pela dependência do capital externo, dessa forma problemas sociais e políticos assolam esses países do sul global. A região engloba diferentes etnias, devido principalmente a época colonial com a chegada forçada de negros da África Subsaariana e a vinda de europeus no século XIX e XX. O idioma mais falado na região é o espanhol, seguido do português e por último o francês. (PRADO, PELLEGRINO, 2014)

No que concerne aos aspectos econômicos, a América Latina caracteriza-se por ser grande exportadora para os países do norte global de produtos agrícolas e minerais bem como da pecuária tradicional. Já no que diz respeito à indústria, grande parte dos países latino-americanos possui indústrias tradicionais têxteis, alimentícias e de beneficiamento de matérias-primas para exportação. Salvo exceções como Brasil, Argentina e México que possuem indústria de base (MANCILLA, 2015).

A rápida urbanização da América Latina é marcada por poucas oportunidades de emprego, pelas desigualdades sociais, pelo fácil acesso as armas de fogo e pela criminalização das drogas, revelando elevados indicadores de criminalidade e de violência urbana. O continente latino-americano é hoje considerado uma das regiões

mais violentas do mundo. Segundo relatório divulgado pelas Nações Unidas esse ano do total de homicídios registrados no mundo, 37% foram contabilizados na América Latina que concentra apenas 8% da população mundial. O fenômeno é associado a problemas econômicos, mas de acordo com estudo da ONU, o narcotráfico é um dos grandes responsáveis pelas grandes taxas de morte. A região é a única onde se produz a cocaína. De acordo com Angela Me, diretora de pesquisa e estatísticas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), esses grupos violentos podem influenciar de 25% a 70% de todos os homicídios na região (LISSARDY, 2019).

Diversos governos latino-americanos tem promovido uma “guerra às drogas” com políticas repressivas que fazem aumentar também a violência e a corrupção dentro das próprias instituições e forças de segurança, o que corrobora com o alto número de homicídios. Globalmente a taxa de homicídios é de 6,1 por 100 mil habitantes, na América Central chega a 25,9 e na América do Sul chega a 24,2, segundo a ONU. No Brasil, o cenário é pior, com 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes - mais do dobro, por exemplo, da taxa de homicídios do Iraque em 2015 (ano mais recente com estatísticas da OMS, a Organização Mundial da Saúde). Enquanto que na Europa, a média é de 1 homicídio por 100 mil habitantes.

Atualmente, a América Latina passa por significativas transformações políticas e econômicas que estão gerando consequências na geopolítica regional. Há uma retomada do pensamento liberal globalizante na agenda dos governos latino-americanos, em 2019, oito países são governados por presidentes de direita ou extrema direita. (FIORI, 2019).

Essa conjuntura atual se deve ao fim do ciclo de altos preços das commodities que acarretou na queda das exportações. Como pode ser visto no mapa (figura 2), muitos países da região latina vivenciam uma série de revoltas, problemas internos, crises e situações de violência. A Venezuela é o país que apresenta a situação mais drástica com registro de falta de alimentos, precarização dos serviços públicos e violência nas rebeliões de ruas, resultando em muitos civis presos, feridos e mortos (ZIBECHI, 2018).

Figura 2: Mapa América do Sul sob cenário de crises e instabilidades políticas

América do Sul sob pressão

Região é palco de várias turbulências políticas e econômicas



Fonte: Correio Braziliense, 2019.

De acordo com dados do Ministério da Economia do Brasil, entre janeiro e setembro deste ano, “as exportações nacionais para os países da América do Sul caíram 23%, se comparadas a igual período de 2018, movimentando US\$ 20 bilhões. Para a Ásia, o recuo foi de 1,3%, mas os embarques chegaram a US\$ 40 bilhões, ou seja, o dobro”¹².

A Argentina enfrenta uma crise de inflações, desemprego a altas taxas de pobreza, o que afeta o Brasil. De acordo com Pedro Silva Barros (2019), ex-diretor da União de Nações Sul-Americanas (Unasul): “Há oito anos, 11% do que o Brasil exportava era para a Argentina. Neste ano, é menos do que 5%, ou seja, é o piso, desde que foi criado o Mercosul, em 1991”¹³. Além da Argentina, a Colômbia também se

¹² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/13/interna_politica,797084/maior-economia-da-america-do-sul-brasil-ve-crisis-na-regiao.shtml

¹³ SOUZA, RENATO. Maior economia da América do Sul, Brasil vê cenário de crises na região. Disponível em:<

encontra sob tensão política com ressurgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Equador, após um acordo feito com o Fundo Monetário Internacional (FMI), solicitando um empréstimo de 4,2 bilhões de dólares, o governo eliminou benefícios como o subsídio aos combustíveis. A população indignada foi às ruas e o governo teve que voltar atrás (SOUZA, 2019).

No Peru, há uma grave crise política que resultou na destituição do Congresso pelo presidente Martín Vizcarra. Somado a isso, ocorreu recentemente à queda de Evo Morales na Bolívia, além das contestações ao governo de Sebastián Piñera no Chile com manifestações massivas de jovens resultando em militares na rua e toques de recolher (OLMO, 2019). E o Brasil apesar de não viver uma situação tão drástica, começa a dar sinais de deterioração no sistema político, com significativa perda de apoio ao presidente. Barros (2019) acrescenta sobre a situação brasileira:

Jair Bolsonaro tem se projetado muito mais como um futuro não desejado por outros países que pensaram em dar uma chance à direita radical. Ele vai perdendo aprovação devido ao discurso polêmico e denúncias de corrupção — paradoxalmente, o vetor que o fez ganhar a eleição, na esteira da Lava-Jato.

Como desdobramento dessa nova realidade, os governos latino-americanos tem tido dificuldades em obter êxitos econômicos, como a dívida pública vide a Argentina, e sociais, como a redução da pobreza. A realidade é que hoje a crise assola muitos países latino-americanos, devido à contração econômica mundial. A queda dos preços do petróleo e de outras exportações de commodities coloca alguns dos países latinos em situações problemáticas. Esses países estão arrecadando metade do que arrecadavam antes, seus recursos perderam metade do valor que tinha no mercado há poucos anos atrás (MANCILLA, 2015).

A América Latina está diante de uma nova etapa de luta política e de crescimento da desigualdade. Políticas reais de distribuição de riqueza são necessárias a fim de melhorar a desigualdade e transformar o modelo de acumulação desigual herdado do neoliberalismo. O fato é que se assiste a implementação de novas tecnologias de poder por parte dos Estados, com controle progressivos sobre a sociedade civil e o crescimento de movimentos de extrema direita.

Importante destacar que as informações sobre os países latino-americanos são constantemente veiculadas pelas mídias sediadas nos países desenvolvidos, diante disso, caso os governos latino-americanos tenham interesses contrários aos das grandes potências mundiais, tendem a ser representados de maneira negativa na mídia.

A pesquisadora Margarethe Steinberger estuda as relações entre a mídia e a geopolítica¹⁴ na América Latina, a autora aborda como os discursos jornalísticos interferem na produção social dos imaginários geopolíticos dessa região, moldando medos e fantasias estimulados pelo jornalismo internacional. De acordo com Steinberger (2005) grande parte dos meios de comunicação de massa latino-americana é da propriedade de poucos grupos o que representa a reprodução de práticas socio-informativas a partir de um imaginário colonialista. “A interpretação dos fatos políticos é, desse modo, circunscrita dentro das margens permissíveis que estabelece um poder estratégico que sabe a importância da manipulação da informação”. Nesse sentido, a informação é uma ferramenta estratégica de controle político e para se ter uma visão desmascarada da realidade é preciso desvendar as informações que a imprensa propaga. Assim, a desigualdade e os conflitos continuam sendo norma e não a exceção.

Desta maneira, o cenário da globalização que produz essa tendência de acirramento de diferenças também produz os marginalizados da globalização, sendo inevitável o confronto de interesses de polarizações de desigualdades, afinal o processo de globalização se estrutura em diferenças e dicotomias. Nesse quadro, ao mesmo tempo em que o capitalismo disputa mercados, também formula utopias alienadas, difundindo o neoliberalismo como solução de problemas, agravando o desemprego, a concentração de renda e a exclusão social pelo globo terrestre. É preciso rever esse quadro de degradação social e ambiental nesta etapa do capitalismo globalizado, assim, é necessário considerar os processos de produção de subjetividade bem como o capital investido na criação de imaginários e desejos no quais se mediatizam o movimento de consumo e a disputa por mercados, tema do próximo tópico.

¹⁴ A Geopolítica discute os modos de distribuir o poder no espaço geográfico. Pela tradição, é assunto de instituições governamentais, diplomáticas, militares. Faltam pesquisas, no entanto, sobre a geopolítica como produção social e discursiva, abordando a participação da opinião pública e da mídia como novos atores no campo das relações internacionais. Disponível em: <<http://www.megabrasil.com.br/leitura2.asp?Codigo=43>> Acesso em: 19 nov. 2019.

3.0 O MEDO URBANO E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

O medo urbano enquanto percepção da macropolítica é marcado por saberes, poderes e processos de subjetivação. “Não há nenhum processo físico, biológico ou antropológico que não esteja mediado por signos. Toda cultura, por sua vez, resulta de uma certa estratificação semiótica ordenadora de comportamentos pessoais e coletivos” (MANCINI, 1998, p. 1). As subjetividades, igualmente, se constituem a partir desses processos. Dessa maneira, as atividades necessárias à existência e convivência humana são semioticamente organizadas. Portanto, quando se fala em produção de subjetividade, deve-se englobar o conjunto das necessidades orgânicas bem como das dimensões culturais.

A compreensão sobre a produção de subjetividade será pautada nos estudos de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Este tópico se dá a partir de um primeiro entendimento da constatação de um processo de desequilíbrio da Ecosofia, Guattari com sua Ecosofia propõe a relação entre subjetividade e política de forma visionária e original. Suas reflexões possibilitam estendê-las as dimensões da produção do medo contemporâneo e conseqüentemente da produção de subjetividade no espaço urbano da cidade.

A Ecosofia é entendida enquanto uma articulação política entre três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana. No livro *Três Ecologias*, Félix Guattari engloba um campo amplo de questões sociais, políticas, econômicas e ambientais, baseado na subjetividade e na transdisciplinaridade. A Ecosofia parte do princípio da não centralidade do ser humano, pensa o conhecimento a partir de uma perspectiva complexa e plural, não apenas epistêmica. Nessa lógica, a Ecosofia abarca os saberes humanos, animais, vegetais etc., se afastando da separação dualística do humano e não humano.

A obra alerta para as conseqüências das ações humanas e sua/nossa condição humana no planeta que tem resultado em sérios desequilíbrios ecológicos na contemporaneidade. Por desequilíbrios compreendem-se os problemas ambientais urbanos, como poluição da água, dos rios, ocorrência de chuvas ácidas etc. Mas é preciso ampliar a noção de poluição ambiental, para além das dimensões materiais da poluição, como as dimensões da poluição social, da poluição das mídias de massa e a poluição mental. Áreas de encostas, por exemplo, são áreas de moradia insalubres que registram o desequilíbrio da ecologia ambiental bem como social na ocupação e

produção das cidades. Foi no intuito de integrar todas essas dimensões ecológicas que Guattari criou o termo Ecosofia, a fim de articular diferentes campos:

O enlace da ecologia ambiental, da ecologia científica, da ecologia econômica, da ecologia urbana e das ecologias social e mental, não para englobar todas essas abordagens ecológicas heterogêneas em uma mesma ideologia totalizante ou totalitária, senão para assinalar o contrário, a perspectiva de uma escolha ético-política da diversidade, do dissenso criador, da responsabilidade a respeito da diferença e da alteridade (GUATTARI, 2015, 31).

Os desequilíbrios desses três registros ecológicos são perceptíveis na cidade, em áreas de ocupação de mangue (ecologia ambiental), ocupações de territórios por pessoas pobres (ecologia social), “[...] convencidas em seus trajetos de vida de que essas são as condições de viver e morar que merecem (desequilíbrio da subjetividade)” (ARAGÃO, 2017, p. 55). O processo de segregação socioespacial bem como a remoção de comunidades para renovação urbana sob pretexto da falta de higiene são exemplo nítidos de desequilíbrio da Ecosofia. É inserido nesse contexto de desequilíbrio que o medo se afirma enquanto instrumento de controle social, medo esse amplificado pela poluição da mídia e pelas empresas de segurança privada que são agenciadas pelos processos de produção de subjetividade.

Nesse sentido, a produção de subjetividade está articulada à Ecosofia. O conceito de subjetividade não está restrito a uma questão meramente individual, envolve um entrelaçamento de diversas instâncias. Guattari afirma que a subjetividade não é apenas humana, ela é, sobretudo, maquínica, produzida pelos sistemas de linguagem, pelos meios de comunicação. Há uma produção predominante de uma subjetividade capitalística¹⁵ e homogeneizadora com o crescimento de discursos totalitários, xenófobos e racistas, vide a situação corrente brasileira.

Importante atentar que o capitalismo não se limita apenas aos processos de produção econômica e política, mas ele opera nos processos de subjetivação, de

¹⁵ A sociedade capitalística indica um transbordamento dos limites das sociedades qualificadas como capitalistas. Em cena está todo um conjunto das relações dos seres humanos com determinado tipo de produção, de consumo, de troca e de circulação de bens. [...] A sociedade capitalística, desse modo, é um prolongamento da condição finita de acesso a todo tipo de bem que, derivado da produção de bens da sociedade capitalista, contamina as produções de relações sociais, culturais e históricas em níveis que não se limitam ao bem material, mas inclusive aos “bens” simbólicos, afetivos, psíquicos, enfim, subjetivos, mesmo nas sociedades que não sejam estritamente capitalistas (CARVALHO, 2016, p.4-5).

pensamento, é um sistema semiótico. Deleuze (2013) tece uma discussão na qual as relações de poder são marcadas por uma nova tecnologia, onde o controle sobre os corpos dóceis, além de se dar através da disciplina e regulamentação, agora se dá através de estratégias modulares de intervenção, é a axiomática do capital que opera nessas diferentes instâncias. Essa axiomática configura uma rede descentralizada denominada por Guattari como Capitalismo Mundial Integrado (CMI). O CMI é o período histórico marcado pela expansão e consolidação da hegemonia do modo de produção capitalista em nível planetário.

Há a transição de um modelo de capital local e verticalizado, originário das estruturas da era industrial para o capitalismo aberto, flexível, transnacional e em rede. Hoje, o CMI opera pela lógica do agenciamento atuando em todas as instâncias, é um capitalismo rizomático que depende tanto de agenciamentos locais/moleculares/micropolíticos como de agenciamentos institucionais/molares/macropolíticos que agencia e produz subjetivação (DELEUZE, 1992). As grandes empresas e as mídias produzem e fabricam medos, subjetividades, mercadorias dentro desse contexto do capital mundial integrado, exercendo no medo um papel estratégico funcionando como um dispositivo de controle social pós moderno.

Sob a semiose cultural hegemônica do CMI, os indivíduos são agenciados capitalisticamente, buscando competir e vencer, se destacando socialmente ao assumir referências de prestígio social e de poder. Com a produção de subjetividades, “não é qualquer tênis que pode garantir o reconhecimento social e a satisfação psicológica de possui-lo. Mesmo que outro produto tenha todas as qualidades objetivas similares, ele é suporte de outro signo, possui uma outra marca, não cumpre a mesma função no imaginário coletivo” (MANCINI, 1998, p. 21).

O capitalismo, através da ação das suas empresas e dos seus agentes, atua no inconsciente das pessoas e move o desejo, medo e angústia dessas pessoas. Sob a lógica da dominação e do lucro, modeliza a alteridade em função do consumo de produtos, “[...] resultando em relações coisificadas - o desejo de ter um namorado é desviado para o desodorante, o desejo da família feliz é desviado para a margarina, o desejo de ter um grupo de amigos é desviado para a posse do tênis, entre outros exemplos” (MANCINI, 1998, p. 7).

Portanto, as empresas hoje não investem apenas em tecnologia, investem também na produção de subjetividade. Assim o capitalismo não apenas produz

mercadorias, mas, principalmente, subjetividades – “[...] modelizando semioticamente desejos, afetos, necessidades, padrões estéticos, éticos e políticos, intervindo diretamente no inconsciente das pessoas com a finalidade de reproduzir seus próprios ciclos” (MANCINI, 1998, p. 19).

O capitalismo globalizado também modeliza a dimensão ética e estética da subjetividade, ao criar padrões de belo e feio, ao responsabilizar as pessoas pelo seu sucesso ou fracasso profissional, por exemplo, camuflando as verdadeiras causas estruturais desse processo. Desse modo, se alguém está desempregado é porque não se esforçou o suficiente, já se está empregado, é porque estudou o bastante para isso, assim a pessoa passa a ser responsabilizada individualmente. Quando a realidade é que não vai haver emprego para todos. O neoliberalismo vende a ideia de que é possível a todos que se ascenda socialmente segundo seus méritos e qualidades, quando, na realidade, o que se gera é uma exclusão cada vez maior de diversos segmentos sociais.

Nesta era do capitalismo, a subjetividade, os bens e o meio ambiente estão sob a lógica de uma sociedade do controle (DELEUZE, 1992) que descentraliza seus focos de poder das estruturas de produção de bens e serviços para “as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade” (GUATTARI, 1990, p. 31). Portanto, o CMI se desterritorializa pelas dimensões sociais, culturais, políticas, psíquicas, sociais, infiltrando-se nos estratos subjetivos mais profundos. A subjetividade produzida pela mídia torna-se capitalística que impõe modos de ser e de viver, se configurando enquanto uma produção contínua e não como uma posse do indivíduo. Guattari afirma que “[a] máquina capitalística produz [...] aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16). Essa produção subjetiva capitalística está tanto nas instâncias materiais como imateriais, ou seja, opera pela lógica do desejo e pela do consumo.

Assim, num mundo onde o Capital é o referente geral das relações humanas, “[...] assiste-se atônito à mercantilização e à massificação dos modos de vestir, de se alimentar, de sentir, de amar, de consumir” (SOARES; MIRANDA, 2009, p. 420):

A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como

se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc. Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro- em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.42)

Nessa lógica, o processo de produção de subjetividades fabrica indivíduos massificados em meio a uma padronização cultural e generalizados, “[...] assistimos aos mesmos filmes, ouvimos as mesmas músicas, almoçamos sushi, jantamos no Mcdonalds, fazemos compras nos shopping centers, trabalhamos em uma torre envidraçada e climatizada, seja em São Paulo, Nova York, Londres ou [Salvador]” (MONTENEGRO, 2005, p.18). Entretanto, em meio a esta produção massiva de modos de agir, vestir e amar, são possíveis manifestações contrárias?

Resistências são possíveis frente a esta axiomática, são os processos de singularização, entretanto singularizar-se não significa construir algo que seja próprio do indivíduo. “Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17). Sob a ótica da singularização, os indivíduos buscam “[...] a realização de sua singularidade na relação solidária e criativa com o outro – relação não fetichizada pelas mediações da cultura hegemônica” (MANCE, 1998, p.5).

Assim, é possível se contrapor a essa máquina de produção de subjetividade massificada pelo sistema de globalização através da revolução molecular (GUATTARI, 2011). Os movimentos sociais de antiglobalização, os fóruns sociais mundiais, além dos movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra no Brasil e sem teto parecem corroborar com os pensamentos de Guattari. Porém, é preciso estar atento para que os grupos autônomos não transformem seus processos de singularização em bandeiras ou camisas de forças da identidade, o que iria contra a própria realidade desses processos, é preciso preservar a função de autonomia, pois do contrário esses grupos também podem exercer relações de alienação e opressão.

Dentro dessa lógica da alienação, segundo Guattari, os programas de televisão funcionam como uma espécie de droga hipnótica que dissolve as relações sociais e familiares, produzindo uma “espécie de robotização dos indivíduos em relação ao sistema de valores dominantes” (GUATTARI, 2015, p. 350). Em contrapartida, o

filósofo anuncia a emergência de novos meios de comunicação que descentralizam o controle da informação. Agora, os antigos consumidores também podem ser potenciais criadores de mídia, há uma redefinição dessa relação na evolução da comunicação. É nesse ponto que o audiovisual se destaca.

Retomando Deleuze e Guattari, esse processo de subjetivação do medo, que opera por meio de agenciamentos molares e moleculares, é exercido pelo discurso midiático na medida em que faz o indivíduo acreditar que para estar seguro é preciso estar dentro de um condomínio fechado com muros altos, grades, porteiros, vigilância protegida 24 horas do dia, alimentando assim o uso do consumo capitalista do espaço urbano.

“Economicamente, ocorrem processos de produção de subjetividade tanto dos produtores quanto dos consumidores, com as subjetividades se identificando a partir das semioses do capital operadas através das mídias de massa” (MANCE, 1998, p. 19). As mídias¹⁶ são bombardeadas por informações falsas que são detalhadas e circuladas como sendo verdadeiras, com as mais diversas origens e tipos de fontes. Exemplo maior dessa veiculação de fragmentos que geram simulacros foi a forma que se deu a eleição presidencial brasileira mais recente.

“Para que os signos tenham valor de troca, em muitos casos, torna-se necessariamente, previamente, a produção da subjetividade interpretadora, que confere ao signo um determinado valor” (MANCE, 1998, p. 21). O CMI tem como finalidade principal, no âmbito econômico, a produção de um valor de troca. “O conjunto de valores de desejo é reorganizado numa economia fundada na dependência sistemática dos valores de uso em relação aos valores de troca, ao ponto de fazer com que esta categoria de valores de uso perca seu sentido” (GUATTARI, 1987, p. 213). O indivíduo busca ter aquilo que não tem e ser o que não é.

O sistema capitalista transforma qualquer coisa em valor de troca, “[...] até mesmo a afetividade e desgraças humanas – para vender produtos ou ampliar índices de audiência de telejornais – sendo capaz, inclusive, de modelizar todas as linhas de fuga ou de subversão, colocando tudo a serviço de sua reprodução” (MANCE, 1998, p. 7).

As reflexões de Guattari permite concluir que sem os processos de singularização não há como promover agenciamentos coletivos e romper com a

¹⁶ Por este termo compreendem-se as novas tecnologias, como celular e internet que estão tomando lugar das mídias tradicionais, como rádio e televisão.

reprodução da espiral de acúmulo do capital, lembrando que esses processos podem ser recapturados no movimento espiral do capital.

Como já afirmado, a mídia atua como um importante aparelho de mediação social da cultura. A mídia de massa exerce um papel preponderante sobre os padrões estéticos, éticos e políticos, agenciando determinados comportamentos, promovendo o consumo de alguns produtos. Em resumo, ela interfere nos níveis mais íntimos da subjetividade. Graças às semioses desenvolvidas com os recursos das mídias, desde trabalhadores pobres até os ricos, as pessoas se sentem inseguras e buscam comprar mesmo que em seu imaginário – produzido pelas semioses publicitárias – satisfaça algum desejo seu de segurança, mesmo que aquilo não garanta sua segurança efetiva.

Desse modo, o medo opera como um importante instrumento de controle social realizado através da produção de subjetividade massificada pelos meios de comunicação, assunto debatido no tópico a seguir.

3.1 O MEDO MIDIÁTICO BRASILEIRO

A mídia é uma forte aliada nesse processo de construção do medo, sendo uma das principais responsáveis pela forma como se interpreta e concebe o mundo. Ela atua “[...] moldando a forma de pensar e agir, levando à manutenção de um tipo de ordem social, proposta pela classe dominante” (OLIVEIRA et al, 2018, p. 121). A mídia espetaculariza, banaliza e naturaliza a violência. Barry Glassner, em seu livro *Cultura do medo*, mostra como o medo e a mídia se relaciona servindo de importante fonte para essa pesquisa na investigação do medo. O autor afirma: “A TV não inventa o que mostra, mas escolhe o que mostrar. E sempre escolhe associar o homem negro ao crime” (GLASSNER, 2003, p. 23).

Assim, através dessa produção semiótica, esse meio de comunicação reforça serem as favelas e periferias os principais locais de violência urbana, crime e marginalidade. Essa política do medo, produzida pela subjetividade, gera a construção de estereótipos, “[...] geralmente associadas à pobres, negros ou bairros suburbanos, em uma nítida inferiorização e periculorização das classes desfavorecidas. [...]Ampliando-se assim, a intolerância, a desigualdade e os preconceitos” (OLIVEIRA et al, 2018, p. 120). Dessa forma, processos de exclusão social, estigmatização e criminalização ocorrem diariamente direcionados para uma parcela bem específica da sociedade

brasileira. O medo se propaga, “[...] passa a ser instrumento de controle maquínico, criminalizante e brutal” (OLIVEIRA et al, 2018, p. 124).

Dessa maneira, legitima-se a ação policial e as práticas higienistas do Estado e de extermínio das classes menos favorecidas (OLIVEIRA et al, 2018), já que "Esse olhar criminalizante sobre os pobres, seus bairros e suas estratégias de sobrevivência é muito funcional para o processo de acumulação de capital neoliberal: o ‘criminal’ é um fetiche que encobre a compreensão da conflitividade social" (BATISTA, 2012, p.5). Nessa perspectiva, OLIVEIRA e demais especialistas em Psicologia Social afirmam que:

Essa construção ocorre de forma dissimulada e insidiosa, alcançando a subjetividade de tal maneira, que estas pessoas ainda carregadas da marca da escravidão, passam a se perceber assim, internalizando esta sensação. O medo nada mais seria que uma forma de segregação e de aniquilamento de um inimigo ou um perigo, constituído pelas forças dominantes, para se manterem no poder. Há uma lógica racionalizante, infantilizadora e culpabilizante, que tem como aliada a mídia, pois esta, de forma eficiente, torna potente a metodologia do medo na implantação de dispositivos, que geram assujeitamento e docilização de corpos (OLIVEIRA et al, 2018, p. 121)

É importante compreender a produção de subjetividade que permeia o medo da violência urbana contemporânea, pois “Em cima de tais subjetividades, de formas de pensar, sentir, perceber e agir apoiam-se e aplaudem-se os extermínios, as chacinas, os linchamentos e institui-se oficiosamente a pena de morte para as parcelas mais empobrecidas de nossa população” (COIMBRA, 1998, p. 6).

Desse modo, o poder torna-se a base normativa do direito de matar, há uma reiterada política do fazer morrer no contexto contemporâneo, vide a intervenção militar no Rio de Janeiro, ocorrida em 2018, e a chacina¹⁷ do Cabula em Salvador¹⁸, no mesmo ano. Portanto, a consolidação de um campo de exclusão e extermínio socioeconômico é realizada constantemente, onde determinados grupos de pessoas, nesse caso, brasileiro e

¹⁷ Chacina é a ação de matar diversas pessoas ao mesmo tempo, ou seja, é uma forma de assassinato bruta e cruel. No seu significado original, remete ao esquartejamento e matança de suínos e bovinos, principalmente o processo de “curar” ou “salgar” a carne de porco. Atualmente, diz respeito ao assassinato de muitas pessoas em conjunto, de modo cruel, se configurando enquanto um massacre, lembrando a cena sanguinária de abate dos animais. No Brasil, já ocorreram vários massacres, como: a chacina da Calendária, da baixada Fluminense e da Providência, todas ocorridas no Rio de Janeiro, em 1993, 2005 e 2008, respectivamente.

¹⁸ A chacina do Cabula ocorrida em Salvador será desenvolvida mais à frente, especificamente no capítulo 5 deste trabalho.

soteropolitano, corpos negros, são levados à morte e à invisibilização. Dessa forma, a necropolítica¹⁹ (MBEMBE, 2018) se sustenta na política do medo, ao determinar quem pode viver e quem deve morrer. Berenice Bento (2018), renomada socióloga brasileira, discorre sobre o assunto:

O que garante a eficácia da necropolítica? Por que o Estado continua com suas técnicas de fazer morrer e de matar com tanto fôlego e as resistências não são suficientes para fazê-lo parar? Como justificar as detenções indefinidas no Brasil, os autos de resistências, as chacinas, os massacres? Por que a sociedade civil já não deu um basta e passou a exigir o cumprimento da lei? Não encontro melhor resposta do que a utilização do medo, muitas vezes potencializada, transformada em pânico como retórico estruturante do Estado. O medo é um dos elementos centrais que irá sustentar as necrobiopolíticas (BENTO, 2018, p. 12).

Hoje, vive-se uma cultura de produção de pânico e de medo generalizado, onde os sentimentos e comportamentos afligem diariamente às pessoas e a paranoia é constante. O medo na atualidade passa a ser o medo do “outro”, esse outro entendido enquanto diferente, perigoso, estrangeiro, ou quaisquer outros adjetivos que lhe atribuam características pejorativas. Cria-se o medo para afirmar/justificar o necropoder, dessa forma, a necropolítica, calcada no medo outro, se exerce sendo pautada pela negação do outro, do inimigo que é construída através de diversos grupos populacionais, como os indígenas, os favelados, os presos, os imigrantes, os negros etc. Conforme Bortolozzi, advogado na área de direito penal, afirma:

Todos aqueles ‘inimigos’ construídos pela pobreza e pela exclusão social: sem-teto, sem-terras, desocupados, vadios, mendigos, flanelinhas, traficantes, imigrantes, criminoso em geral, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei, moradores de favela, etc. (BORTOLOZZI, 2017, p. 90).

Dessa forma, as práticas da necropolítica são sustentadas por um saber-poder²⁰ originárias de diversas fontes: “[...] crimológicas, psiquiátricas, médicas, políticas etc. e

¹⁹ O conceito de necropolítica envolve o conceito de biopoder e explora sua relação com as noções de soberania e estado de exceção. A necropolítica é a expressão máxima da soberania, que reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

²⁰ Segundo Foucault (2005) os saberes enquanto disciplinas se tornam indissociáveis das relações de poderes, ou seja, de redes difusas de micropoderes e que se caracterizam por sua interioridade, isto é, pela invisibilidade de suas presenças, pois, o poder não vê e não fala, mas, faz ver e falar. Poderes no sentido

socialmente legitimadas pelo medo destes indivíduos” (BORTOLOZZI, 2017, p. 91). Portanto, hoje, o medo e a insegurança, bases efetivas nos mecanismos de controle social, afetam diretamente a todos, principalmente, os setores mais empobrecidos, enquanto que classes mais favorecidas acabam por se aprisionar nas ruas residências-prisões (OLIVEIRA et al, 2018). Assim, o medo midiático inserido na lógica de produção capitalística é introjetado pelas pessoas seja classe alta ou classe baixa. Endo contribui para o tema ao afirmar que:

Se, aparentemente, nada se passa com o espectador enquanto permanece inerte diante do aparelho de TV, subjetivamente, muito deve acontecer para que o sujeito permaneça imóvel e atento, chocado e paralisado, passivo e ativo, sofrendo e gozando, e, é claro, viver um contexto violento contribui decisivamente para isso. A televisão pode passar a ser também aquilo que reproduz incessantemente e oniricamente o traumático. (ENDO, 2005, p. 256)

Nesse contexto, os telejornais sensacionalistas são uma crescente no Brasil, bem como sites jornalísticos que, muitas vezes, veiculam crimes e assaltos de forma superficial e manipulada. Esses programas televisivos sensacionalistas, como Cidade Alerta e Balanço Geral, noticiam a violência e o crime e geralmente transformam em espetáculo esses casos de violência urbana. De acordo com o Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC), órgão complementar da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), essa violência midiática exposta abre possibilidades para a justificativa de práticas de promoção da violência policial (CCDC, 2008).

O apelo emocional, a linguagem chocante, a postura do apresentador são marcas que identificam o telejornal sensacionalista. No telejornal “Brasil Urgente” apresentado por José Luiz Datena exibido na Bandeirantes, é possível perceber que o apresentador fica em pé, dá ordens, gesticula com as mãos e até xinga os acusados. No caso do Jornal Nacional, telejornal tradicional, exibido em horário nobre na Rede Globo, os apresentadores permanecem sentados, com uma linguagem mais objetiva e elaborada, a comunicação se dá de forma mais discreta. Mas apesar de formato diferentes, ambos os telejornais reforçam e validam o discurso do medo, ou seja, a lógica de reprodução midiática do medo é a mesma só se dá de maneira distinta.

de composição de forças, redes, diagramas de fluxos de intensidade que afetam e são afetados, e que perpassam os saberes e os arrastam.

“O espectador consome a punição feita através do telejornal, dando a sensação de que tudo está resolvido. É nesse sentido que os telejornais sensacionalistas podem funcionar como uma catarse, dissipando, momentaneamente e de maneira ilusória, as tensões sociais” (PATIAS, LÍBERO, 2006, p. 15). Desse modo, esses programas constroem um significado dual da sociedade: o bem versus o mal, polícia contra ladrão, trabalhadores em oposição aos bandidos etc. Com tom sensacionalista e popular, esses telejornais policiais fazem o uso da imagem dessas pessoas vulneráveis como produto de venda e lucro, marginalizando mais ainda esses cidadãos negros. Mas o que esses programas não revelam no processo de construção das suas matérias é a problemática social que está por trás disso. Não mostram a égide dos processos midiáticos. Glassner declara que:

Um dos paradoxos relativos a uma cultura do medo é que os problemas sérios continuam amplamente ignorados. A pobreza correlaciona-se com molestamento de crianças, crimes e consumo de drogas. [...] A incapacidade brasileira de enfrentar a violência urbana tem o mesmo fundamento da americana: qualquer mudança em sociedades tão desiguais é vista e sentida com pavor. E continuamos a investir nossos medos nos alvos mais improváveis, a dissimular o que efetivamente nos inquieta (GLASSNER 2003, p. 18-27).

Teresa Caldeira revela como a imagem do trabalhador brasileiro pobre é associada com a imagem do bandido:

Para a polícia, como para muita gente, a fronteira que separa a imagem do trabalhador pobre da do criminoso é de fato muito tênue. Em consequência, membros das classes trabalhadoras podem ser molestados pela polícia, mortos como criminosos e suas reações naturais de medo (como fugir) podem ser interpretadas como comportamento de criminoso. (CALDEIRA, 2000, p. 182)

Dessa maneira, quando se fala em medo da violência urbana, deve se ter em mente que também se refere às possibilidades concebidas para o seu controle. Desse modo, a produção de subjetividade do medo contemporâneo é um sistema maquínico feito para atender a uma subjetividade capitalística, no qual a mídia está inserida.

Assim, os processos de subjetivação articulados com a mídia fortalecem esse medo e a insegurança, os quais são utilizados como principal instrumento de controle social, direcionando ações repressivas e violentas policiais para as classes mais pobres. A mídia com seus noticiários tendenciosos intensificam o medo urbano, fomentando essa política que se reflete diretamente nos espaços citadinos da cidade, no qual o espaço urbano, como uma instância de isonomia, não foi configurada, mas que

transferiu para a relação entre o público e o privado as práticas patrimonialistas e clientelistas do período colonial.

Em vista disso, a fim de refletir sobre o medo no Brasil através dessa produção de subjetividade massificada, é necessário entender a formação da sociedade brasileira, a qual está caracterizada por um passado colonialista e escravocrata, centrada no espaço privado. Os conceitos de autores como Gilberto Freyre (1981), o antropólogo Roberto da Matta (1997) e a arquiteta Lucia Leitão (2009) serão abordados nesse próximo capítulo.

4.0 DA COLÔNIA AOS ‘NOSSOS’ DIAS: A REJEIÇÃO DA RUA BRASILEIRA

No Brasil, o medo da violência urbana tem relação direta ao modo como a rua é percebida enquanto espaço público. A rua é entendida enquanto um lugar perigoso e o outro enquanto anônimo. O antropólogo Roberto DaMatta estuda a relação característica entre a formação da sociedade brasileira e os seus espaços públicos e privados através dos conceitos da casa e da rua. O autor entende a casa e a rua como duas entidades que se relacionam constantemente e que apesar de opostas, se complementam. DaMatta (1997, p. 59) afirma que: “[...] a oposição casa / rua tem aspectos complexos. É uma oposição que nada tem de estática e de absoluta. Ao contrário, ela é dinâmica e relativa”. A casa é manifestação da individualidade, de espaço pessoal, já a rua é representação da coletividade. Ele afirma que essa relação complexa, contínua e dinâmica reflete a cultura social brasileira.

Para DaMatta (1997), no discurso da camada dominante predomina o código da rua, baseado na impessoalidade; já no discurso da camada dominada, prevalece o código da casa, baseado em laços de simpatia, de bondade, de lealdade, da pessoalidade. Apesar de algumas pessoas apresentarem comportamento homogêneo, o esperado é que se possam identificar modificações comportamentais correspondentes ao espaço. O modo de vestir, de falar, de se relacionar figura de forma diferente na casa e na rua. A casa e a rua possuem divergências entre si, mas espacialmente elas apresentam algumas sobreposições e é indiscutível a relação existente entre elas. A rua tem espaços de “moradia” (apropriados de forma intensa e especificamente por um grupo) e a casa tem espaços “arruados”, que são aqueles que fazem a ligação entre ambos, como as janelas, corredores, cozinhas e varandas. Porém, mesmo com essas relações, apropriações e sobreposições, “[...] o isolamento é característica marcante na vida social do brasileiro, não o isolamento do indivíduo, mas o isolamento do espaço da casa e das relações que ela abriga” (CERQUEIRA, 2013, p. 35). DaMatta acrescenta sobre o tema:

Tudo isso revela gritantemente como o espaço público é perigoso e como tudo que o representa é, em princípio, negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora (DAMATTA, 1997, p. 55).

A rua, com sua impessoalidade, retratam o perigo e a vulnerabilidade. Porém, mesmo com a relação complexa e as tendências de isolamento da casa e da rua, esses espaços não permanecem separados. As festas, rituais e momentos solenes realizadas nos espaços públicos caracterizam uma tentativa de refazer a unidade desses espaços, diferenciados e complementares, que foram separados por condutas sociais.

Nesse sentido, Gilberto Freyre destaca em seu livro *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, que a paisagem social brasileira se constitui em torno da casa, ou seja, do espaço privado, em especial do sobrado, que assumiu plenamente as funções reais e simbólicas da casa-grande²¹ brasileira. Assim sendo, no tempo em que se deu o desenvolvimento do urbano no Brasil, reproduziram-se, tanto no desenho quanto no uso do espaço urbanístico, as mesmas marcas de centralismo, de domesticidade, de privatismo, características da organização social que deu forma à casa-grande patriarcal.

Nessa lógica, expressou-se uma profunda rejeição à rua, espaço público fundamental para a vida urbana, plena, cidadina. Então, a vida urbana desde sempre produziu um espaço espacialmente e psiquicamente de exclusão (LEITÃO, 2009). A casa-grande brasileira foi produzida e experimentada não apenas como um espaço de moradia, mas foi também como “[...] o antigo bloco partido em muitas especializações – residência, igreja, colégio, botica, hospital, hotel, banco” (FREYRE, 1981, p. 375). Essa casa-bloco era um “[...] desenho espacial centrado no espaço privado, voltado para dentro, de costas, portanto, para o ambiente público” (LEITÃO, 2009). A partir da análise desse sobrado é possível compreender o motivo do império casa face ao desprestígio da rua na vida urbana brasileira.

Lúcia Leitão, arquiteta consagrada, no seu livro intitulado *Quando o ambiente é hostil - uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos e outros ensaios gilbertianos*, publicado em 2019, afirma que a cidade no Brasil sempre produziu um espaço edificado claramente hostil. Como ponto de partida, Leitão (2009) traz o estudo da planta baixa desse sobrado. De acordo com ela, essa planta aparecia completamente voltada para o interior da habitação, “É como se um muro simbólico tivesse sido erguido entre a cena doméstica e a vida no espaço público” (LEITÃO, 2009, p. 2). A dona de casa e suas filhas não podiam nem chegar perto do espaço que

²¹ No Brasil colonial, a casa grande era a casa das famílias dos grandes proprietários rurais, portugueses em geral, em linhas gerais, era um elemento arquitetônico característico da vida patriarcal do sistema colonial brasileiro (FREYRE, 1981).

não o doméstico. O espaço que lhes era dado eram as salas de viver que eram localizados no interior da edificação, evidenciando assim a intenção patriarcal de manter a vida familiar fechada contra a rua. Dessa forma os sobrados eram espaços que se fechavam para a rua.

Além da sua forma espacial, os sobrados também eram símbolos de prestígio social herdados da casa-grande. Assim, “Como consequência, a arquitetura que começa a definir o espaço edificado nas cidades brasileiras vai refletir, naturalmente, o lugar social de cada morador, não apenas na forma, no emprego de materiais nobres, mas também no volume edificado” (LEITÃO, 2009, p. 3). Portanto, a arquitetura do sobrado brasileira se caracterizou por uma construção verticalizada elevada bem acima do nível da rua até porque os pavimentos térreos dos sobrados eram utilizados para acomodação de escravos e animais e às vezes até ficavam quase vazios, mas nunca eram ocupados pelas famílias dos proprietários. Esse desprestígio da rua, seu distanciamento, a negação no ambiente construído e essa verticalização eram uma forma de distinção social, na medida em que afastava os moradores assobradados do espaço desprestigiado da rua. O afastamento da rua não é apenas sinônimo de superação dos problemas gerados por uma topografia acidentada, como no caso de Salvador, mas indica “[...] a permanência de valores patriarcais na produção da paisagem edificada da cidade brasileira” (LEITÃO, 2009, p. 4). Leitão ainda acrescenta: “Nesse contexto não surpreende que a rua brasileira, o espaço de todos, tenha nascido feia, suja, fétida, desprestigiada, concebida como mero caminho em direção a casa, ao espaço que se queria nobre, distinto” (LEITÃO, 2009, p. 4).

De acordo com Leitão (2009), o desprestígio da rua brasileira, desde a sua origem até os dias atuais pode ser compreendido a partir do uso que foi dado à rua: a rua era considerada um espaço desprestigiado, era sinônimo de perigo, ocupada pelo negro, pelo pobre, pelo escravo. Como também pela função de circulação, a rua era destinada ao transporte de cargas, animais etc. Assim, explica-se a configuração urbanística atual da cidade brasileira, conforme a arquiteta e urbanista afirma:

Desse modo, à sombra da herança cultural da casa-grande, a cidade brasileira produziu, e continua a fazê-lo, um espaço de exclusão, centrado no espaço privado, com todas as consequências sociourbanísticas decorrentes desse fato, mesmo que disso não pareça se dar conta, ainda, a sociedade brasileira (LEITÃO, 2009, p. 5).

A excelência do espaço privado, exclusivo e excludente, materializa-se nas construções cada vez mais recorrentes de condomínios fechados que acabam se constituindo em espaços que se fecham em si mesmos, assim como os antigos sobrados. A questão dos condomínios fechados não é só o modo de habitação, mas sim o estilo de vida, o modo de morar onde o espaço privado afastado do ambiente que lhe é externo se faz cada vez mais valorizado. Nesses condomínios há uma grande oferta de serviços no seu interior, de modo que seus habitantes nem precisem sair à rua, podendo usufruir o conforto de vivenciar o espaço da casa, mantendo-se o mais distante possível do espaço da rua. Os moradores desses condomínios não utilizam os espaços para diversão. O encontro, do ponto de vista social, é espaço dos iguais (vizinhos com hábitos, costumes e renda iguais), o que acaba excluindo qualquer característica ou função pública. Não há diferenças e misturas nesses condomínios (LEITÃO, 2009). Em Salvador, esses condomínios são cada vez mais comuns na paisagem, como o Alphaville, o Pítuba Ville, o *Hemisphere 360°*, o Parque Bela Vista, o Horto Florestal dentre tantos outros.

O medo da violência urbana cada vez maior no Brasil é um excelente argumento para que as pessoas se fechem contra a rua. A população rica e de classe média se apoia na justificativa da insegurança urbana, além da preferência pela moradia nesses condomínios se dá pelo desejo de se fazer distinto, social ou espacialmente (CALDEIRA, 2000). Conforme afirma Silva (2009, p. 17): “Este indivíduo busca espaços de uso e acesso coletivo, mas com característica de segmentação e homogeneização social, onde apenas os semelhantes se encontram como no caso dos shoppings centers”. As pessoas querem se manter longe da rua, afinal ela é o espaço do pobre, do negro, do socialmente marginalizado.

A sociedade brasileira não percebe que reforça essa relação desigual, essa produção indiscriminada de espaços de exclusão, expressos através da arquitetura dos espaços urbanos (LEITÃO, 2009; CALDEIRA, 2000). Antigamente, a solução encontrada para mediar essas relações foi utilizar cacos de garrafas nos muros das casas; lanças pontudas dos portões e grades de ferros - “soluções” usadas até hoje, como afirma Leitão (2009, p. 7):

Não se deu conta, portanto, da hostilidade que esse ambiente expressa, nem tampouco dos efeitos desse modo de edificar nas relações sociais, urbanas — no sentido próprio do termo, isto é, de favorecer ou de dificultar a prática da urbanidade — da reação, por parte dos excluídos, que esse modo de construir pode produzir. Não

perceberam, principalmente, que a negação da rua, materializada na construção de muros altos, de guaritas eletrônicas hermeticamente fechadas, de espaços que se fecham para o convívio social, pode ser um elemento a mais na incitação da violência urbana na medida em que reforça o sentimento de exclusão, e o ódio que o acompanha, de todos e de tudo que esteja alijado do espaço privilegiado da casa, do espaço privado, portanto.

Paulo Cesar Endo (2005), psicanalista, no seu livro intitulado *A Violência no Coração da Cidade: Um Estudo Psicanalítico*, afirma que a violência no Brasil tem relações intrínsecas com “[...] os processos violentos do período escravocrata e as formas de violência na conjuntura atual” (ENDO, 2005, p. 2).

Esse é um modelo de organização social violenta não superada e de diversas maneiras mantido intacto em zonas onde o Estado se ausentou e nas quais vigoram os padrões da ilegalidade e do arbítrio. Um modelo que resiste, paradoxalmente, ao advento da própria democracia. A violência condenável quando aplicada ao cidadão seria tolerada, permitida ou mesmo desejada, pois ela demonstraria inequivocamente que entre o corpo que bate e o corpo que apanha há uma diferença intransponível. Ao cobiçar uma cidade só para si - limpa, rica e segura - as instituições, os grupos e cidadãos inventariam um objeto fantástico que vai sendo gradativamente desfigurado à medida que é conquistado. Quanto mais a cidade é privatizada, menos cidade ela se torna (REINO & PASSARELLI, 2010, p.4).

Nessa cidade privatizada, encontram-se os shoppings centers. Esses espaços não são apenas centros comerciais - oferecem uma grande variedade de serviços e atividades como consultórios médicos, supermercados, cursos de inglês, cinema, bancos, cafés dentre outros. No Brasil, os *shoppings* “[...] rapidamente se abrigaram, transformando-se, precisamente, em espaços-bloco, tal como o foi a casa-grande brasileira em seu nascedouro” (LEITÃO, 2009, p. 7). Os *shoppings* igualmente aos condomínios fechados, são espaços privados de uso coletivo que rejeitam a diferença, e acolhem, em sua maioria, pessoas do mesmo grupo social, sendo mais uma expressão dos valores patriarcais herdados. Os *shoppings* por si só já são segregadores por serem espaços destinados a quem pode consumir.

O shopping da Bahia, antigo Iguatemi, localizado em Salvador, é um exemplo considerável. No primeiro piso encontram-se lojas destinadas à população com menor poder aquisitivo, uma praça de alimentação com restaurantes de preço mais acessível, além de toda a decoração desse espaço, que é claramente mais simples. O segundo piso

é destinado à população de classe média e o terceiro piso é destinado a uma população de classe média alta a alta, com lojas de grifes famosas mundialmente, uma praça de alimentação mais sofisticada e, até mesmo, com um piso diferenciado. Há uma segregação dentro do próprio *shopping*.

No que concerne à configuração urbanística, os *shoppings* conseguem transformar tudo ao seu redor para acolhê-los, principalmente no que tange à circulação viária. Independe da destruição que tragam para outros espaços da cidade como, por exemplo, centros históricos. A configuração urbanística da cidade brasileira revela uma sociedade segregadora que, para se fazer distinta, exclui o outro, o diferente, o pobre, o negro, negando-lhes os mais elementares direitos humanos²². Assim: “Alienada, inebriada pela obsessiva busca de privilégios, de distinção de ambientes, espera daqueles que exclui, paradoxalmente, um comportamento afável, próprio da urbanidade que essa cidade está longe de proporcionar” (LEITÃO, 2009, p. 10). Como já foi visto, essa configuração urbanística é resultado de uma construção social centrada na casa, no espaço privado, tendo como consequência um ambiente hostil (LEITÃO, 2009).

Nesse contexto, a apropriação dos espaços urbanos, especialmente os públicos, vem sendo cercada pela difusão do medo, que é associada à violência urbana. Então, essa conotação negativa do espaço público, da rua, tem como consequência um aumento na produção de ambiente fechados e controlados por segurança privada, que acaba repercutindo em mudanças nas relações sociais dos espaços urbanos, configurando diferentes processos urbanos, tais como: estetização, museificação, gentrificação, privatização, segregação socioespacial etc.

Nesse sentido, Caldeira (2000, p. 10), doutora em Antropologia Urbana, afirma que “[...] o novo padrão de segregação urbana baseado na criação de enclaves fortificados representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público”. O novo modelo de segregação separa grupos sociais de uma forma tão explícita que transforma a qualidade do espaço público, “[...] criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade,

²² Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 14 ago. 2019

acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias” (CALDEIRA, 2000, p. 11).

Importante destacar que a violência urbana quase sempre é entendida como uma íntima relação entre criminalidade, pobreza e narcotráfico, mas vale ressaltar que a violência urbana não ocorre somente nos espaços públicos, como também não é apenas exercida pelas classes menos favorecidas economicamente e socialmente. Nos espaços privados, a violência é analisada enquanto um comportamento patológico, analisado como um fato individualizado e isolado (LIMA, 2015). Dessa forma, é necessário repensar o espaço urbano como espaço de possibilidade para o convívio e para as ações espontâneas.

O psicanalista Paulo Endo (2005), ao debater sobre o medo da violência urbana, afirma que não podemos compreendê-la de forma cartesiana, a partir de dicotomias e binarismos, pois “[...] tais dicotomias repousam num claro interesse na manutenção de distâncias e de privilégios mantidos há séculos por meio da força bruta” (ENDO, 2005, p. 82). O tema é muito complexo e profundo, remonta à história do passado colonial, patriarcalista e escravocrata brasileiro como já foram dito. Assim, há “Uma espécie de ‘indústria da violência’, desenvolvida, mantida e perpetuada pelas autoridades, instituições governamentais, polícias, grandes empresas de capital privado... e, por que não, pela população que nela vive, nós” (MUSKZAT, 2007, p. 154). Nessa lógica, este mercado rentável da indústria da violência gera espaços de exclusão de forma indiscriminada.

No que diz respeito à Salvador, essa segregação urbana é explícita, e se evidencia no próprio traçado da cidade, nas divisões espaciais, no recorte entre os espaços da elite e os espaços deteriorados (CARVALHO, CORSO, 2013, 2015). Para se compreender as tendências atuais soteropolitanas, é necessário observar as diferentes ocupações na forma de residir na cidade, como os condomínios de luxo, os bairros residenciais de classe média e as favelas. Desse modo, o próximo tópico versa sobre essa indústria do medo e os reflexos nos espaços urbanos da cidade baiana.

4.1 A INDÚSTRIA DO MEDO E SUAS REPERCURSSÕES NO ESPAÇO URBANO DE SALVADOR

O medo da violência urbana está diretamente relacionado ao uso de grades, cercas elétricas, câmeras de vigilância, muros e políticas de segregação. Todos esses mecanismos de proteção que são adotados englobam o conceito da indústria do medo. Essa indústria do medo além de ser alimentada por esses aparatos tecnológicos, também é reforçada pelas empresas de segurança privada e pela mídia. Nesse sentido, o livro *Cidade de Muros* da arquiteta Teresa Caldeira (2000) é uma grande referência no assunto. A autora aborda a questão do medo da violência urbana na cidade de São Paulo, revelando como a violência e o medo do crime se correlaciona a processos e mudança social nas cidades contemporâneas, acarretando em novas formas de segregação espacial e discriminação social, reconfigurando assim as formas urbanas.

A autora afirma que no Brasil, o isolamento é característico das cidades, independente da classe social a qual as pessoas pertencem. Assim, o isolamento por muros ou grades criam áreas escuras e abandonadas, propiciando o aumento da sensação de insegurança e do medo de possíveis violências urbanas.

Conforme afirma o arquiteto Caetano Aragão (2017, p. 17): “Pobres se sentem ameaçados por pobres, estes explorados pelos ricos que se sentem também ameaçados não só por pobres, mas também, por membros da mesma classe social”. Assim, nessa diferença de classe sempre existiram conflitos e diferenças comprovadas historicamente, como foi visto no início desse capítulo. Portanto, tanto o medo como os processos urbanos afetam o espaço urbano das cidades, materializados através da arquitetura do medo.

A arquitetura do medo é um processo urbano que configura uma organização espacial a partir de aparatos tecnológicos e dispositivos de segurança que tem como objetivo proteger contra a violência urbana. Essa arquitetura, por sua vez, resulta de políticas voltadas à produção do capital imobiliário, principalmente na habitação das cidades brasileiras, servindo a especulação imobiliária, inscrita nos processos de subjetividade capitalística global. Desse modo, “o medo da violência é fonte inesgotável e oportuna para a indústria do medo e o capital imobiliário, que poderá continuar a se reproduzir, negociando imóveis pretensamente seguros, afetando acriticamente espaços urbanos” (ARAGÃO, 2017, p. 46).

As expressões da arquitetura do medo estão materializadas nas arquiteturas de diversas classes sociais, como pode ser visto nas figuras a seguir.

Figura 3: Muro: Materialização do medo



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Figura 4: O muro é utilizado independente do nível de renda



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

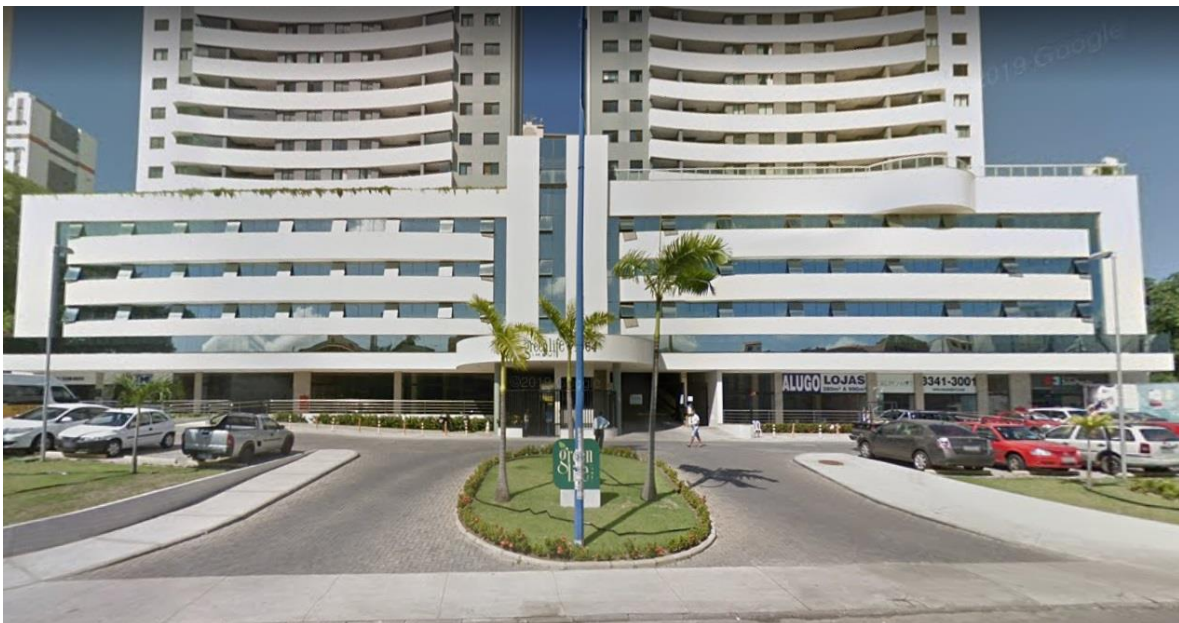
O muro enquanto aparato de segurança serve de proteção para as pessoas que ali residem, seja em Itapuã (figura 3), bairro de classe baixa e média ou em uma área de classe média e alta, no Imbuí (figura 4). Já nas figuras 5, 6 e 7, dispositivos são usados a fim de diminuir o medo e dar a sensação de segurança.

Figura 5: Muro de uma casa localizada em Itapuã



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Figura 6: Condomínio Green Life situado no Imbuí



Fonte: Googlemaps, adaptado pela autora, 2019.

Figura 7: Guarita com controle de acesso e saída de pedestres no bairro de Armação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Concertinas (figura 5) são mais comuns em habitação de baixo valor e equipamentos mais sofisticados como cercas elétricas e câmeras de vigilância em habitação de poder aquisitivo maior (figura 6 e 7). Assim, a conformação da arquitetura e do espaço urbano é determinante no aumento da insegurança urbana.

Edificações com muros altos, por exemplo, isolam a movimentação de pessoas na rua, não há uma vigilância mútua, pois não existe contato visual entre o espaço público e os edifícios, como pode ser visto na figura 8.

Figura 8: Rua Melvin Jones, nº300, Armação.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

A partir dessa figura 8, é possível constatar que há a sensação de redução do medo dentro dos lotes, porém os espaços externos ficam isolados, abandonados, com baixo fluxo de pessoas, assim o excesso de muros e grades, conferem às ruas um aspecto de abandono e isolamento e o medo também se revela para quem está do lado de fora. Assim, a construção desses prédios verticalizados é vista como áreas potenciais de reprodução do capital, fazendo o uso da produção do espaço urbano bem como da construção da subjetividade capitalística, onde zonas de medo imperam nos espaços públicos. O espaço urbano de Salvador caracteriza-se por apresentar desigualdades sociais e espaciais, como ser visto nas figuras 10, 11 e 12, configurando em diferentes modos de habitar na cidade.

Figura 10: Vista do viaduto do Dique do Tororó sentido Avenida Vasco da Gama



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 11: Vista do Dique Pequeno



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 12: Contraste entre a favela localizada no Dique Pequeno e os prédios ao fundo localizados no bairro do Garcia, Canela e Barris.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Os registros fotográficos apresentados exibem a arquitetura da cidade soteropolitana em áreas da Orla Atlântica e do Centro Antigo, essas áreas e suas peculiaridades serão desenvolvidas mais a frente.

A incidência desses meios de proteção resulta em processos de segregação que geram barreiras materiais e simbólicas entre os grupos sociais. Marcelo Lopes de Souza, no seu livro intitulado como Fobópole, compartilha o conceito de geografia do crime na cidade, para o autor essa geografia interfere na organização socioespacial das cidades brasileiras:

Os muros não estão somente em tornos dos ‘condomínios exclusivos’ e dos prédios de classe média: estão, crescentemente, nas mentes e nos corações; tendo como argamassa o medo, projetam-se não apenas nos espaços do auto-enclausuramento dos privilegiados, mas ensejam, na verdade, os sonhos de confinamento dos pobres: o campo de concentração como metáfora, ou a prisão como metáfora [...] (SOUZA, 2006, p. 473).

Dessa maneira, esses aparatos tecnológicos incorporados à arquitetura das cidades brasileiras têm como objetivo reduzir o medo, entretanto, esses acabam reforçando as

políticas de reprodução do capital imobiliário ligadas aos modos de habitar, tanto em centros como em periferias. Essas políticas, por sua vez, acabam por direcionar a produção da cidade e o uso capitalista do espaço urbano. Os Condomínios Alphaville, por exemplo, já é realidade em muitas cidades brasileiras.

Caldeira configura esses condomínios como enclaves fortificados, os enclaves incluem: “[...] conjunto de escritórios, shoppings centers, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parque temáticos” (CALDEIRA, 2000, p. 258). Esses processos são resultado de múltiplos atores, como os proprietários fundiários, os agentes imobiliários (empresas de construção civil, por exemplo), o Estado e os grupos sociais excluídos. A segregação socioespacial assim como o processo de gentrificação²³, são repercussão significativa do medo da violência urbana. Assim, segregação e violência são naturalizadas e “[...] Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência estereótipos e medos das pessoas”. (CALDEIRA, 2000, p. 301).

A segregação socioespacial se configura como uma dinâmica social e espacial própria do processo de urbanização capitalista assim como a violência urbana (CORREA, 2002). No Brasil, a segregação passa a ser discutida na década de 1970 quando as transformações referentes às novas tecnologias de informação e comunicação decorrentes da globalização introduzem profundas mudanças nesse país. A urbanização das cidades foi intensificada, acarretando no aumento da vulnerabilidade social devido ao aumento de desempregados e com isso, as desigualdades sociais cresceram (CARVALHO, PEREIRA, 2006). Arelados a esse panorama, se revelam processos de estigmatização, exclusão e criminalização social, como foi visto no capítulo 2.

O medo da violência urbana é generalizado e suas causas são inúmeras, mas dificilmente uma solução seria encontrada sem a implementação de políticas públicas. Poucas oportunidades de emprego, falta de educação e de saúde, problemas familiares, colaboram na insegurança e no medo cotidiano da cidade. “São muitas as violências e

²³ “A gentrificação é um fenômeno físico, econômico, social ou cultural. A gentrificação incide não apenas em uma transformação social, mas também em uma alteração física do estoque de moradias, na escala de bairros, representando, enfim, uma transformação econômica sobre os mercados fundiários e imobiliários” (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2014, p. 439). Em linhas gerais, o processo de gentrificação é marcado pela “[...] atração de novos tipos de atividades e de novos moradores, reinvestimento econômico, mudança de significado e imagem, melhoria ambiental e ‘limpeza social’, ou seja, a expulsão dos moradores pobres das áreas de intervenção” (MOURAD, FIGUEIREDO, BALTRUSIS, 2014, p. 439).

medos nas cidades. Entre tantas, há principalmente a violência e o medo da miséria, do abandono, das desigualdades, das diferenças que segregam e que em parte constituem e são constituídas também pelo que se pode denominar o medo dos pobres²⁴ (ARAGÃO, 2017, p. 53). Conforme afirma Caldeira (2000, p. 4):

[...] O exercício de controle sobre o espaço urbano aperfeiçoa-se e expressa-se na arquitetura do medo²⁵. A arquitetura, o urbanismo, o planejamento e outras armaduras defensivas, como também a ‘demonização das favelas’, protegem, assim, a negação da alteridade social ou étnica (MOURA, 2004, p.46). Entretanto, são soluções que nem vão amenizar as divisões sociais, ‘apenas exacerbá-las, piorando a situação’ (CALDEIRA, 2000, p. 4).

Logo, “A estigmatização social não passa de uma forma de manter as relações de poder na sociedade, a partir da imposição de padrões e modelos pré-determinados socialmente” (BOREM, 2017, p. 27). A estigmatização social independe de a prática ser real, se relaciona com o medo da cidade, pois “Os territórios considerados violentos são, na maioria das vezes, locais estigmatizados relacionados à pobreza” (BOREM, 2017, p. 28). Essa percepção da estigmatização atrelada ao medo reforça o discurso da segregação socioespacial nas cidades.

O medo se tornou moeda corrente nas sociedades e a busca por segurança um produto e que, como toda mercadoria só é acessível a quem pode pagar, incitando a criação de um mercado excludente, e transferindo a questão da segurança para uma esfera particular e privada, não a coletivizando, intensificando assim, o ciclo do medo urbano (BAIERL, 2004; BOREM, 2017).

Dessa forma, é através do medo da violência e pela perspectiva do lucro que a indústria do medo constrói espaços de moradias em muitas cidades, produzindo cidade, expressos na arquitetura do medo, que estão diretamente relacionados à construção de subjetividades de interesse do capital imobiliário, reforçados pela mídia, acentuando assim o processo de segregação socioespacial. Logo, a produção de subjetividade contribui para o capital imobiliário com o uso e produção do medo da violência urbana, configurando numa cidade hostil à vida.

²⁴ Os pobres são obrigados se mudar das áreas urbanas ou a permanecer em áreas degradadas sem assistência do poder público e quando se mudam ao invés de ter melhorias, são forçados, ao contrário, a suportar as consequências mais negativas das mudanças. Isso só pode gerar um crescente e difuso sentimento de medo (ARAGÃO, 2017, p. 96)

²⁵ A arquitetura do medo pode ser definida como toda manifestação na arquitetura que está relacionada com os novos arranjos sociais nas cidades provocados pelo medo da violência (CALDEIRA, 2000).

Portanto, diante desse cenário, é fácil compreender porque as pessoas se refugiam dentro das suas grades e muros, é absolutamente normal ter medo de assaltos e outras violências diárias ocorridas na cidade. Porém soluções efetivas de combate a pobreza, desigualdade e violência deveriam ser adotadas, permitindo assim que as pessoas fizessem o uso seguro dos espaços externos aos espaços privados, ou seja, frequentassem os espaços públicos sem medo.

O recorte espacial desta dissertação, limita-se à cidade de Salvador, capital do estado da Bahia que se destaca como espaço regional, tendo influência na sua área metropolitana como em outras partes da região Nordeste do país. A região metropolitana possui aproximadamente 3,9 milhões de habitantes segundo estimativas do IBGE para 2019, já no que concerne a capital, a população estimada pelo IBGE é de 2.872.347 habitantes (SOUZA; LIMA, 2004).

Apesar da sua importância econômica, isso não é reflexo na qualidade de vida população. Seu crescimento econômico e populacional acarretou, conseqüentemente, no aumento das diferenças sociais, da criminalidade e da insegurança na cidade.

Salvador é hoje uma das cidades mais violentas do mundo. Em 2014, um levantamento feito pela Organização das Nações Unidas (ONU) apontou Salvador como a 13ª cidade mais violenta do mundo. “[...] Para os pesquisadores da ONU, o elevado índice de homicídios na América Latina está ligado ao crime organizado e à violência política, que persiste há décadas nos países latino-americanos”.²⁶

Já, em 2017, segundo dados da organização da sociedade civil mexicana Segurança, Justiça e Paz, que realiza o levantamento de modo anual baseado em taxas de homicídio por 100 mil habitantes (ver Figura 13), Salvador foi listada como a 25ª cidade mais violenta. Outras cidades brasileiras também apareceram no *ranking* como Fortaleza (CE), Belém (PA), Vitória da Conquista (BA), dentre outras, totalizando 17 cidades no Brasil. Segundo a *British Broadcasting Corporation* (BBC, 2018): “A organização usa como critério a taxa de homicídios por 100 mil habitantes oficial em cidades de 300 mil habitantes ou mais, além de fontes jornalísticas e informes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e organismos internacionais”.

²⁶ CORREIO 24 HORAS. **ONU aponta Salvador como a 13ª cidade mais violenta do mundo.** Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/amp/nid/onu-aponta-salvador-como-a-13a-cidade-mais-violenta-do-mundo/?__twitter_impression=true>. Acesso em: 30 maio 2019.

Figura 13: *Ranking* das 50 cidades mais violentas

Posição	Cidade	País	Homicídios	Habitantes	Taxa (por cada 100 mil habitantes)
22	Recife	Brasil	2.180	3.965.699	54,96
23	Maturín	Venezuela	327	600.722	54,43
24	Guatemala	Guatemala	1.705	3.187.293	53,49
25	Salvador	Brasil	2.071	4.015.205	51,58
26	San Pedro de Sula	Honduras	392	765.864	51,18
27	Valencia	Venezuela	784	1.576.071	49,74
28	Cali	Colômbia	1.261	2.542.876	49,59
29	Chihuahua	México	460	929.884	49,48
30	João Pessoa	Brasil	554	1.126.613	49,17
31	Obregón	México	166	339.000	48,96
32	San Juan	Porto Rico	169	347.052	48,70
33	Barquisimeto	Venezuela	644	1.335.348	48,23
34	Manaus	Brasil	1.024	2.130.264	48,07
35	Distrito Central	Honduras	588	1.224.897	48
36	Tepic	México	237	503.330	47,09
37	Palmira	Colômbia	144	308.669	46,65
38	Reynosa	México	294	701.525	41,95
39	Porto Alegre	Brasil	1.748	4.268.083	40,96
40	Macapá	Brasil	191	474.706	40,24
41	Nova Orleans	Estados Unidos	157	391.495	40,10
42	Detroit	Estados	267	672.795	36,69

Fonte: British Broadcasting Corporation, 2018²⁷

A conjuntura da cidade é grave e preocupante. Condições extremas e articuladas concorrem, fazendo de Salvador uma cidade fragmentária composta por diferentes cidades dentro de si e com cidadãos em condições desiguais. Nesse sentido, torna-se importante entender o contexto urbano no qual se dá a pesquisa, tema do próximo capítulo.

²⁷ British Broadcasting Corporation. **Estas são as 50 cidades mais violentas do mundo (e 17 estão no Brasil)**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

5.0 O CASO DE SALVADOR: TRANSFORMANDO O AUDIOVISUAL EM INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO DO ESPAÇO-TEMPO CONTEMPORÂNEO

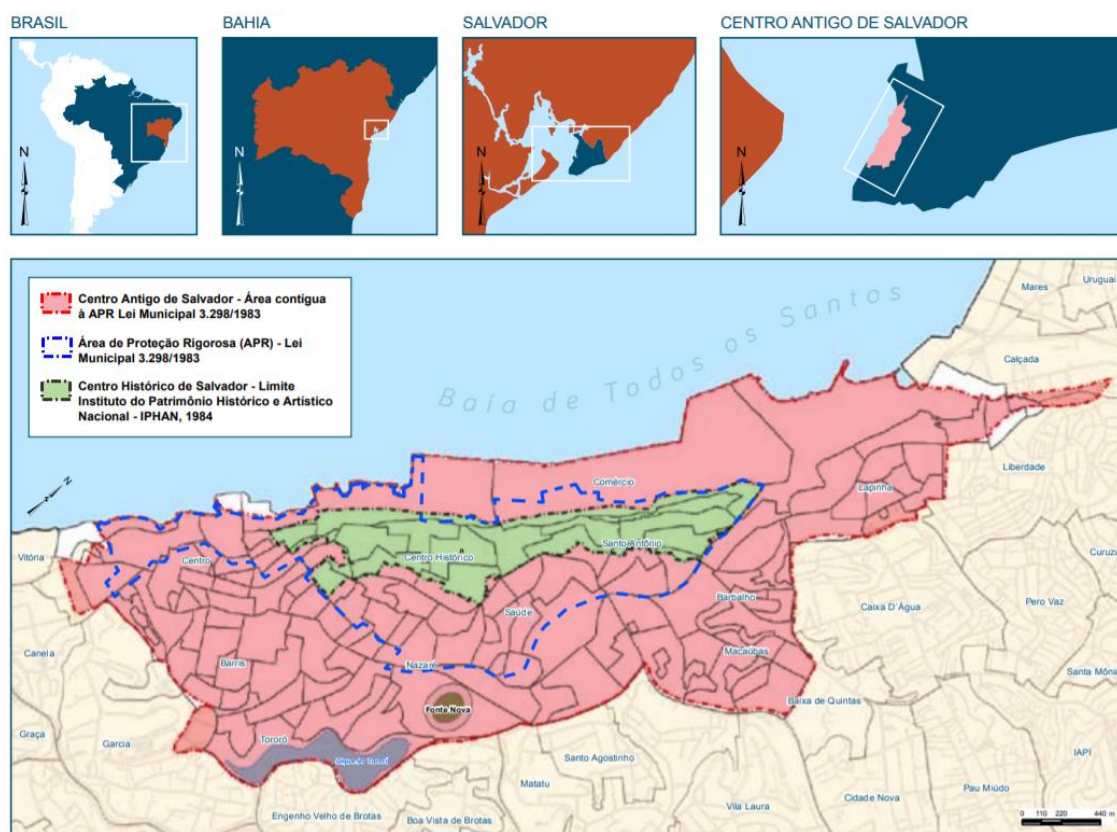
A partir da metade do século XX, o crescimento da cidade de Salvador foi expressivo, transformações de ordem políticas e econômicas foram determinantes na urbanização da cidade, marcando o início de um processo de reestruturação urbana (REBOUÇAS, 2011).

Como foi dito no capítulo 2, durante os séculos XIX e XX, as relações capitalistas engendraram mudanças no modo como as cidades eram estruturadas, dentre essas, destaca-se a introdução de novos meios de comunicação e circulação. No Brasil, especificamente, a partir do século XX, ocorreram modificações no uso do solo devido às novas mudanças do processo de urbanização e de industrialização. Houve a expansão do tecido urbano bem como o acelerado crescimento demográfico.

A cidade soteropolitana também fez parte dessa conjuntura histórica, reconfigurando sua estrutura urbana, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, com o desenvolvimento de atividades econômicas, a exemplo da construção do Centro Industrial de Aratu (CIA) e de obras de infraestrutura, como a expansão viária (SANTOS, 2008; REBOUÇAS, 2011).

Salvador está localizada a leste do Estado da Bahia, o Oceano Atlântico e a Baía de Todos os Santos margeiam a formação peninsular da capital baiana, como pode ser visto na figura 14.

Figura 14: Mapa de Localização de Salvador em relação ao Estado da Bahia



Fonte: Guia Geográfica Cidade do Salvador²⁸.

É importante destacar a reestruturação urbana pela qual a cidade passou, alterando sua dinâmica socioespacial, a fim de compreender sua configuração atual. O marco inicial da estruturação urbana de Salvador foi determinado pela sua fundação, em 1549, pelos portugueses, onde foi destinada à administração colonial e ao comércio português. Ao longo do período da colonização, a cidade se constitui enquanto principal porto de todo o Atlântico Sul (PEREIRA; CARVALHO, 2007). Seu crescimento se deu em dois planos, Cidade Alta e Cidade Baixa, que caracterizam a falha²⁹ geológica de Salvador (figura 15 e 16). O desnível entre esses dois planos é de 74 metros, ladeiras foram construídas para fazer a ligação entre essas duas áreas geologicamente separadas da cidade, como a Ladeira da Preguiça, da Montanha e da Conceição, além da

²⁸ Guia Geográfica Cidade do Salvador. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/mapas.htm>>. Acesso em 27 nov. 2019.

²⁹ Falha é a superfície ao longo da qual existe deslocamento de blocos formando um degrau. Disponível em: <<http://www.geocities.com/sbg-bahia>>. Acesso em: 30 out. 2019.

implantação de equipamentos de transporte vertical, como planos inclinados e o Elevador Lacerda, um dos principais pontos turísticos da cidade (figura 15 e 16).

Figura 15: Vista do Bairro do Comércio



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Figura 16: Vista do desnível entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa localizada na Av. Lafayette Coutinho, Comércio.



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Até a década de 1940, a cidade de Salvador era mais densamente ocupada às margens do Oceano Atlântico e da Baía de Todos os Santos. A presença do porto e sua atração em relação a atividades comerciais explicam a grande quantidade de comércios e serviços nessa área da cidade, caracterizada como Centro³⁰ Tradicional³¹ da cidade (SANTOS, 2008). O Centro Tradicional corresponde a: parte do Centro Histórico de Salvador (imediações da Rua Chile), além das vias comerciais, como parte da Avenida Joana Angélica, Avenida Carlos Gomes e Avenida Sete de Setembro, todas essas localizadas na Cidade Alta. Além disso, o bairro do Comércio, localizado na Cidade Baixa, também fazia parte desse Centro.

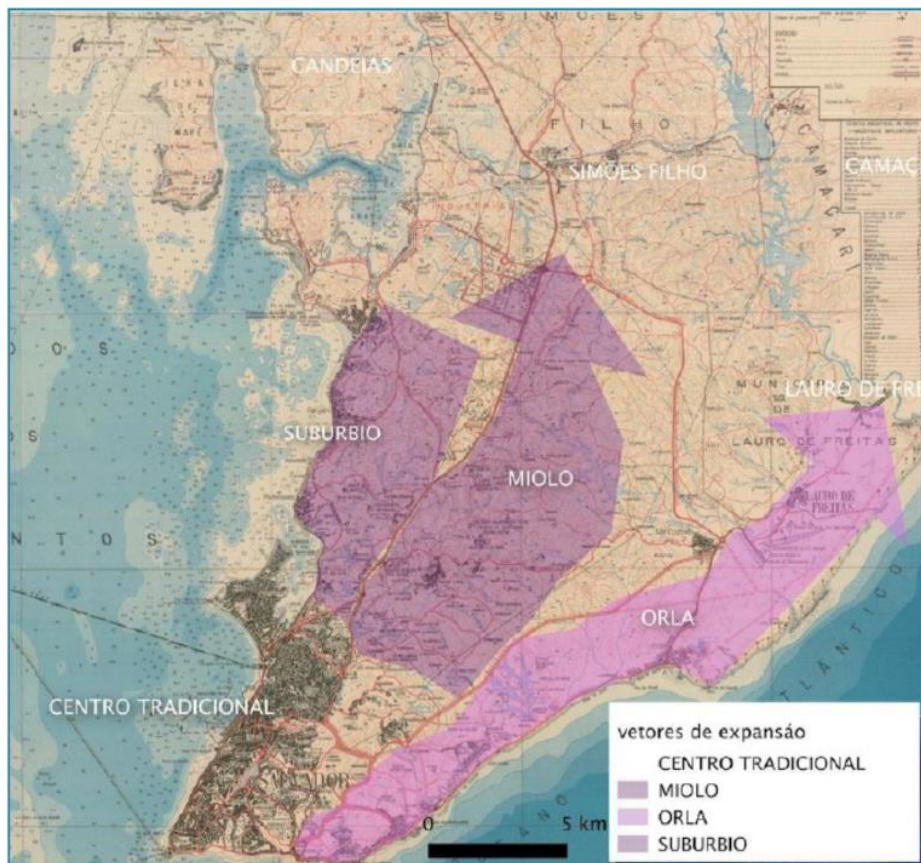
Até então, o sistema viário da capital baiana era composto por avenidas de cumeadas e as terras do Miolo Central mantinham uma estrutura fundiária baseada na produção agrícola. Em 1942, com a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS) pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), ocorreram alterações significativas na malha viária da cidade, permitindo a consolidação de novas áreas através da criação de avenidas de vale. Entretanto, essas novas avenidas também ocasionaram problemas socioambientais, expulsando a população pobre residente.

A partir das novas vias de circulação construídas, como a Avenida Suburbana e a Avenida Luiz Viana Filho (Paralela), em 1971, a Avenida Antônio Carlos Magalhães, em 1975 dentre outras. Novas áreas foram incorporadas ao tecido urbano, em particular: o Subúrbio Ferroviário, o Miolo Central, o Vale do Camaragibe e as proximidades da Av. Luiz Viana Filho (SANTOS, 2008). Desse modo, os vetores de expansão da cidade se deram em direção ao norte, caracterizadas pelo Subúrbio e Miolo. E em direção a Orla Atlântica da cidade, como pode ser visto na figura 16.

³⁰ [...] o centro não está necessariamente no centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto onde todos se deslocam para algumas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo. (SPOSTITO, 1991, p. 06).

³¹ O termo tradicional refere-se a áreas que se formaram em tempos passados do processo de produção do espaço da cidade, “[...] apresentando um conjunto arquitetônico e uma distribuição da malha viária correspondentes a esses referidos tempos” (SANTOS, 2008, p. 20).

Figura 16: Vetores de expansão da cidade do Salvador



Fonte: Carvalho e Pereira, 2015 apud Plano Salvador 500 (2015).

As regiões do Subúrbio³² e do Miolo concentram problemas urbanos ambientais socioeconômicos, especializadas através da autoconstrução e fora dos parâmetros urbanísticos. Nessas regiões, a oferta de serviços e equipamentos urbanos são escassas e precárias, além de haverem poucas oportunidades de emprego. Conforme afirma Serpa (2002), essas áreas da cidade desenvolveram-se às margens da atuação de um Estado que se mantém omissivo.

Essas áreas são caracterizadas por políticas públicas insuficientes, desprovidas de infraestrutura básica como também de serviços de saúde e educação, que são deficientes. Dentro dos moldes de uma (re)produção capitalista do espaço urbano, a qual privilegia uma pequena parcela da população, essas ações são legalizadas pelo Estado, resultando em processos de fragmentação e segregação socioespacial.

³² O Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada pela implantação da linha férrea, em 1860, “[...] constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas” (CARVALHO; PEREIRA, 2007, p. 86). Hoje, o Subúrbio concentra parcela significativa da população soteropolitana.

A área da margem atlântica da cidade foi ocupada por classes médias e altas. Essa nova centralidade atendeu e atende à lógica de reprodução do capital, redefinindo a estrutura urbana de Salvador. Além da ação do Estado nessa reestruturação, destacam-se outros produtores do espaço urbano, como os agentes imobiliários. Essa área dotada de melhor infraestrutura e de grandes equipamentos urbanos é objeto da especulação imobiliária e da valorização fundiária.

Em relação ao Centro Tradicional (figura 14), a partir da década de 1970, esta área passou por mudanças profundas devido à criação das novas avenidas de vale, bem como do Centro Administrativo da Bahia³³ (CAB), (re)centralizando parte expressiva das atividades administrativas do Estado da Bahia. Houve um deslocamento das classes altas e médias para fora do centro urbano, sobretudo do Centro Histórico implicando em fronteiras insuperáveis entre as classes sociais, e acarretando em desigualdades, injustiças e violências (MOREIRA, 2003).

Vale ressaltar também outra nova centralidade surgida com força expressiva durante a década de 70 que é a área onde hoje se localiza o atual Shopping da Bahia e adjacências. Em 1974, houve a transferência do Terminal Rodoviário de Salvador para a respectiva área. “A partir da dialética entre acumulação do capital e privatização do solo urbano; entre a produção coletiva do espaço e a sua privação às classes desprivilegiadas” (CARVALHO; PEREIRA, 2007, p. 9), é possível compreender o processo de produção da cidade analisada.

Essa área da cidade foi planejada pela Prefeitura Municipal de Salvador, pelo Governo do Estado e por setores da iniciativa privada, como as empresas OAS e Odebrecht. Foi adquirida a preços baixos por essas empresas que, após o processo de infraestruturação urbana, foram hipervalorizadas. Então, a produção do espaço urbano soteropolitano é dinamizada a partir de agentes tanto hegemônicos (Estado, especuladores imobiliários e empresas de construção civil), como contra hegemônicos (movimento de luta pelo acesso à moradia pelas camadas populares) que foram e são duramente controlados, muitas vezes de forma violenta, em áreas da cidade de interesse imobiliário. Após essa caracterização generalizada e sucinta da dinâmica urbana soteropolitana, encaminha-se para a exploração e discussão do filme *Breviário do Horror*.

³³ Importante destacar que o CAB se localiza numa das áreas de maior investimento imobiliário da cidade, a Av. Paralela.

5.1 EXPLORAÇÃO E DISCUSSÃO DO OBJETO DE ESTUDO BREVIÁRIO DO HORROR

O objeto de estudo selecionado foi o longa metragem ‘*Breviário do Horror*’ do cineasta baiano Fábio Di Rocha e do videoartista Flávio Lopes. O longa tem duração de 80 minutos, considerado pelos autores como um *working in process*.³⁴ Essa produção subverte com o modelo de longa metragem tradicionalista e com a narrativa convencional; transita entre a ficção e o documentário; está para além da ilustração do real, conforme afirmam os diretores: “[...] questionamos a hegemonia da ficção pura e propomos uma interação maior com o real, e também uma maneira única e singular de fazer cinema” (DI ROCHA; LOPES, 2013).

O filme em estudo insere-se no campo do “cinemavivo”³⁵, que é um tipo de cinema que vai de encontro ao cinema-modelo normatizado nas camisas de forças identitária. É um cinema nômade, que muda de lugar constantemente, é outro modo de pensar e de sentir a arte. É uma produção cinematográfica que emerge das conexões cidadinas, dos agenciamentos entre a vida e a própria obra de arte, amplificando essa expressão artística política, desejando romper com o cinema modelo feito à luz da subjetividade dominante (THURLER; DI ROCHA, 2016). Conforme afirma Di Rocha (2016): “[...] Não ‘comemos a pilha’ desse cinemão, nossa viagem é miúda, ‘na cocó’, cinema expandido, *live act*, telemática de encontros, ativismo *online*, exibição de rua, hackeamentos sonoros”.

As cenas, acontecimentos e narrativas do objeto de estudo se materializam na cidade de Salvador, numa espécie de montagem transversal³⁶ que vem da periferia para o Centro Histórico da cidade, com suas diversas contradições e fragmentos.

³⁴ O filme foi feito de modo autônomo, em 2015 os diretores ganharam um edital de finalização na Fundação Cultural, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ-BA) e da SECULT do Governo do Estado da Bahia.

³⁵ O “cinemavivo” é o cinema periférico, “terceiro cinema”, conforme afirma Ângela Prysthon (2009), “[...] principais temas dos filmes do Terceiro Cinema vão ser a pobreza, a opressão social, a violência urbana das metrópoles inchadas e miseráveis, a recuperação, da história dos povos colonizados e oprimidos e a constituição das nações” (PRYSTHON, 2009, p. 09 apud THURLER; DI ROCHA, 2016, p. 97).

³⁶ “[...] Mistura-se analógico com digital, e quem sabe holográfico. O plano de filmagem é um desenho que o diretor de produção faz juntamente com a assistente de direção (se tiver) e o diretor acompanham, e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da “lombra” do filme (Nada aqui é estático). Não usamos claquete, e pouco importa o tipo de câmera. A câmera é escolhida de acordo com o afeto de cada diretor. Ao invés de organizar os cartões, fitas, ou rolos (já que estamos falando de um transcinema) deixamos o material bruto desorganizado para conhecer melhor o material (veja e reveja várias vezes antes de se apressar em montar, ou monte vendo). Na hora de filmar, aperte o botão quantas

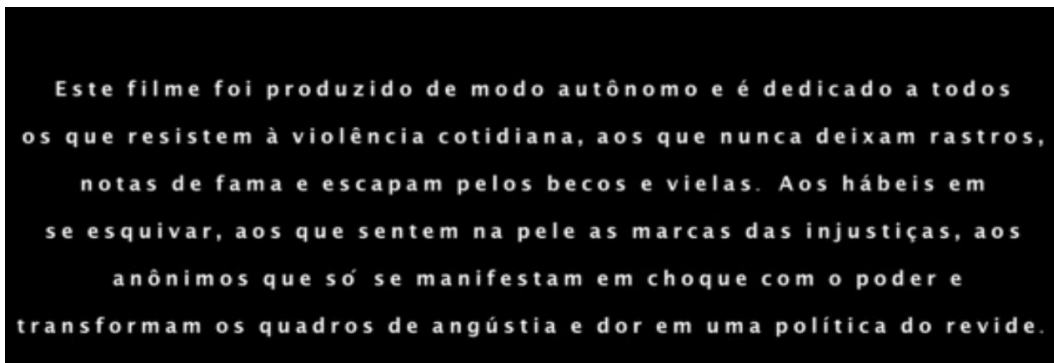
Breviário é uma produção que investiga a espetacularização midiática da violência como recurso de disseminação do medo na luta contra a invisibilidade social em Salvador, “[...] fomos caminhando pelo trilho do horror, do ódio, do ressentimento, mas as táticas de revide que confrontam e resistem também foram cartografadas (DI ROCHA; LOPES, 2013)”. Assim, parte-se da questão da violência e da cultura do ódio em Salvador às produções de revide e de resistência social. Segue a sinopse oficial do filme:

A violência explode nos grandes centros urbanos, o número de assassinatos na periferia da cidade de Salvador ultrapassa o de regiões em Guerra. O medo se apresenta como uma experiência aguda que se espalha indiscriminadamente. Diante da crise um fenômeno chama a atenção: a espetacularização da violência. Diante deste lugar comum, uma questão se impõe: até onde se pode suportar? Quais os motivos dessa explosão? O que está por detrás dessa onda? Como isso funciona? Quem ganha com isto? Esta é a questão que é levada a cabo, nesta experiência de se deixar contaminar pela pulsão dos gestos, movimentações, gritos e gemidos que emergem das ruas da cidade.

Prostitutas, criminosos, pedintes, mendigos, desempregados, moleques, doentes, travestis, ladrões, marginais, desocupados, vadios, loucos etc. São as vozes desses personagens que são visibilizadas ao longo do filme e seus atos de resistência (figura 17). Não se pretendeu com o filme uma espetacularização das vidas vadias nem uma romantização caminhando para o exótico, e muito menos tentar singularizar esses terrenos desmoronados, mas trazer um “cinemavivo”, “[...] uma escrita imagético-sonora, uma escrita-performance, inspirada em muitos outros artistas e pensadores que propuseram novos-outras caminhos epistemológicos” (THURLER; DI ROCHA, 2016).

vezes quiser e for necessário. [...]Trabalha com *takes*, planos embaralhados, riscados, várias vezes refeitos...várias camadas na ilha de edição” (DIROCHA, 2015).

Figura 17: Cena de abertura do filme



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

Importante destacar que a exploração desse filme exige outro tipo de atenção da pesquisadora, pois ele não se caracteriza pela linguagem tradicional cinematográfica das narrativas lineares. Portanto, a investigação do filme e se dará por meio da identificação de blocos narrativos, isto é, uma série de planos³⁷ ligados por uma unidade narrativa, tendo uma continuidade lógica; fazendo as devidas correlações com o referencial teórico estudado. Além do mais, parte-se do pressuposto de que é necessário considerar os aspectos visuais e sonoros³⁸ do filme como uma combinação audiovisual complexa, rompendo com as abordagens fragmentadas que mantem a percepção da imagem compartimentada da percepção do som. Conforme afirma o autor Michel Chion (2008, p. 7): “[...] não vemos a mesma coisa quando ‘ouvimos’; não ‘ouvimos’ a mesma coisa quando vemos”.

No filme, que pertence à categoria gênero horror, os diretores fazem o uso de elementos característicos desse gênero, como iluminação ora sombria ora com tons fortes; recursos sonoros que envolvem captação de sons naturais, sons produzidos por máquinas, por seres humanos, por vozes dissonantes. Essa paisagem sonora articula o jogo violento do imaginário contemporâneo. São várias camadas que estão sobrepostas, conectadas através da mixagem de captação de sons ambientes, sons orgânicos, de

³⁷ Plano são todas as tomadas estabelecidas por enquadramentos e cortes específicos que possuem uma unidade de tempo predeterminado e uma ação contínua sem interrupção. Sempre que a câmera interrompe sua atividade para captar outro plano, haverá um corte (transição/passagem de um plano para outro).

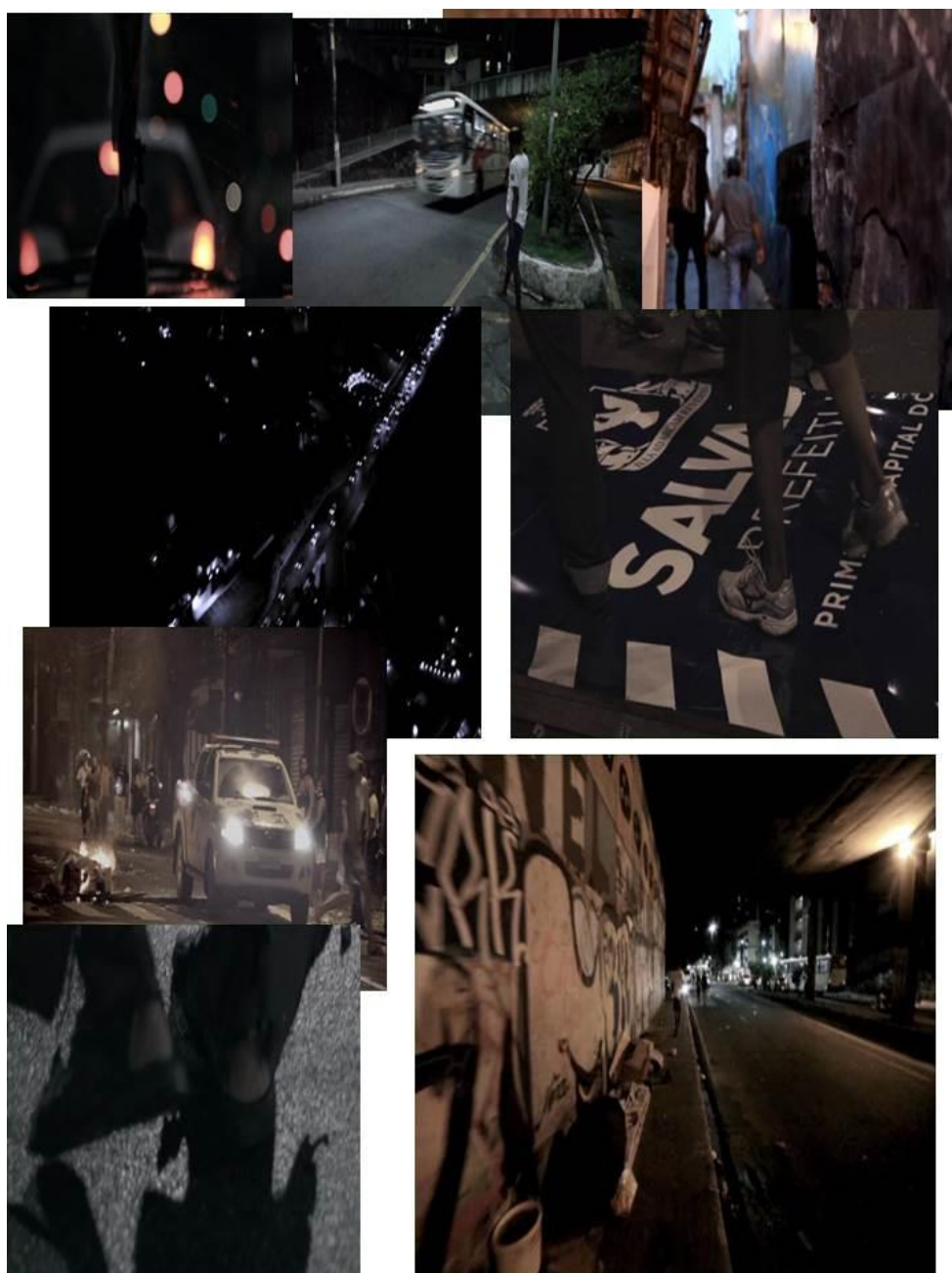
³⁸ Os elementos sonoros envolvem tanto a música como os diálogos (fala dos personagens), bem como os ruídos e a trilha sonora que são os sons pertinentes à continuidade fílmica, incluindo as narrações em voz *off* (em terceira pessoa).

silêncios, de pausas. É um passeio sonoro pela cidade soteropolitana, dando voz aos corpos invisibilizados que pedem passagem.

Como foi dito, Breviário aborda a violência urbana e sua efetuação no espaço cotidiano, dá voz ao que jaz calado, mas, afinal, quem são as vítimas dessa violência urbana? Espera-se com a discussão do objeto de estudo, deixar claro algumas respostas.

O filme está estruturado em três atos: começo, meio e fim. O Breviário se inicia com uma série de imagens de pessoas andando com foco no caminhar, dando zoom nos pés dos personagens em determinadas cenas, seguidas por imagens de carros da polícia, como também do trânsito de Salvador tanto visto de cima como da perspectiva de quem está de dentro do carro, dirigindo, além de ruas do centro urbano da cidade à noite (figura 18). Enquanto isso se ouve o som de sirene de carros da polícia, de noticiários sobre roubos na rádio, de helicópteros sobrevoando o céu, criando assim uma atmosfera de gravidade e tensão. Nessa sequência inicial é perceptível o som de horror, causando uma estranha sensação ao espectador de que algo ruim está por vir.

Figura 18: Sequência de imagens iniciais do filme



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

Ao final da sequência de abertura, surge a fala de um personagem sobre a chacina do Cabula:

Segundo o Ministério Público da Bahia pediu hoje a prisão preventiva de 9 policiais militares acusados de envolvimento na Chacina do Cabula, na periferia de Salvador, no dia 06 de fevereiro uma ação policial nesse bairro, resultou na morte de 12 pessoas, o Ministério Público (MP) rejeita a tese de confronto e afirma que as vítimas foram executadas (Breviário do Horror, 2015³⁹).

³⁹ Voz off, plano do minuto 04min47s.

Essa ação policial ocorrida, em 2015, segue sem solução após quatro anos. Dos nove policiais envolvidos no caso, oito continuam trabalhando nas ruas atualmente. O inquérito da polícia civil alegava legítima defesa dos policiais, já o MP os denunciou por homicídio. Além do MP, o caso é acompanhado pela Anistia Internacional e pelo Movimento Reaja ou Será Morto, que ajudou as famílias das vítimas a pressionar as autoridades durante as investigações, inclusive, com protestos. Em 2018, um relatório realizado pela Anistia Internacional apontou que o *ranking* de homicídios é liderado por policiais brasileiros dentro do universo da polícia mundial.

As 12 vítimas executadas eram residentes da periferia de Salvador, todos com idade entre 15 e 28 anos e negros. A justificativa usada pela polícia para a morte desses jovens foi mais uma vez em nome da guerra às drogas. Em contraponto, ao longo do filme, os diretores partilham relatos de outros personagens, moradores do bairro em questão como também familiares das vítimas, enquadrando-os em primeiro plano⁴⁰ (figura 19), onde eles denunciam as violências sofridas pelas vítimas do caso: “Morreu assassinado pela polícia que não perguntou se ele era bandido, foi atirando, depois que mataram foi que perguntaram...”, relato da avó de uma das vítimas.

⁴⁰ O primeiro plano ou plano próximo mostra a personagem do peito até a cabeça e proporciona ao espectador uma melhor relação com a figura enquadrada.

Figura 19: Moradores da Vila Moisés no Cabula



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

Nesse contexto, Salvador tem fomentado cada vez mais uma política de guerra às drogas, regida pelo racismo e consolidada através da execução de corpos negros, exercendo assim o controle social. Após essas imagens, o filme coloca o espectador diante de imagens de Salvador com seus aparatos da indústria do medo que se estendem a cenas da família Magalhães e a especulação imobiliária promovida por ela, como pode ser explicitado através da fala do personagem e das imagens que acompanham a sequência.

Figura 20: Sequências de imagens que explicitam a indústria do medo



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

A família Magalhães, ela edificou boa parte da sua fortuna, da qual alias o ACM, o Neto, é beneficiário direto. Com a fortuna declarada dele, edificou boa parte, substancial parte da sua fortuna, graças às benesses do Estado Brasileiro conquistadas durante a gestão do ex-senador, ex-ministro Antônio Carlos... Entregando uma rede para a própria família, num processo hediondo de chantagem e violência e utilização do estado Brasileiro, favorecendo o Neto que declara uma fortuna impressionante para quem nunca deu um prego numa barra de sabão (Breviário do Horror, 2015).

Através dessa fala e correlacionando-a com o referencial teórico estudado, é possível constatar que a indústria do medo é perpetuada pelas autoridades, pela mídia e pelos especuladores imobiliários, que no caso de Salvador são as mesmas pessoas, a família Magalhães, detentora da mídia, da política e de solos urbanos. As imagens reforçam o que está sendo dito, mostrando prédios de alto padrão localizados em bairros de classe média e alta como Graça, Barra e Vitória. Além disso, os diretores filmam a fachada do prédio da Rede Bahia, revelando quem são os donos da mídia tradicional e hegemônica em Salvador, bem como as demolições ocorridas na época na gestão do ex-senador ACM, no Centro Antigo. Essa área da cidade, por sua vez, continua sendo alvo da especulação imobiliária, inclusive na gestão atual de ACM Neto como prefeito, gerando consequências ao espaço urbano da cidade, como a segregação socioespacial.

O filme também vai retratar as manifestações de junho ocorridas em 2013 no Brasil, é como se algo daquele espaço e tempo ainda ecoasse nos tempos de hoje. Importante destacar que os personagens dessas cenas divergem da maior parte dos personagens exibidos ao longo do filme, pois as pessoas presentes nas manifestações eram, em sua maioria, a classe média branca soteropolitana. Ademais, retrata a violência policial durante as manifestações, provocando uma leitura acerca da diferença da ação policial na manifestação quando comparadas com as áreas periféricas da cidade.

Figura 21: Imagens das manifestações ocorridas em junho de 2013 em Salvador



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

As imagens da figura 21 retratam áreas do centro tradicional da cidade como o bairro do Campo Grande e a Avenida Sete de Setembro. Como também as proximidades do Shopping da Bahia na Av. ACM e do Shopping Paralela na Av. Paralela, áreas, como foi visto, ocupadas pela classe média e alta. O filme intercala imagens da periferia ao centro da cidade, confrontando tanto esses espaços sociais quanto as diferentes realidades das pessoas que ocupam esses espaços, sendo possível entender que a partir desses espaços é que se pode dialogar com a cidade, com as outras

pessoas, com o espaço público, portanto, são nesses espaços que as pessoas vão se cruzar e se intercalar, gerando espaços de convívio e de encontro.

Entretanto, a política do medo impossibilita esses encontros, onde muitos medos criados foram incutidos através da manipulação de imagens e desejos, característico do capitalismo cognitivo, e a possibilidade do outro não existe, nega-se a diferença, nega-se o outro. E esse outro de pele negra, carente de saúde, educação e oportunidade de emprego. A fala do personagem e as cenas da figura 22 deixam explícito o quadro de vulnerabilidade que essas pessoas estão submetidas.

Figura 22: Pessoas em estado de abandono nas ruas



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

Eu não tenho um apoio da sociedade pra ajudar, porque mal ou bem todo mundo aí sabe ler, tem uma profissão, mas não tem emprego, não se acha emprego de nada, eu fiz curso de geladeira, fogão, ar condicionado, mas cadê o apoio? Que a pessoa não se acha... Pra tudo na vida tem que ter o apoio, se você não tiver o apoio pra dar confiança tem nada a ver [...] Cartão de vacina, CPF, cartão cidadão, reservista, o título, identidade, antecedentes criminais, tirar a carteira de trabalho, pra você ver, tô aqui porque não achei um emprego ainda... (*Voz in on*, Breviário do Horror, 2015).

Interessante destacar a potência da figura 22, especificamente da segunda imagem, o diretor filma o personagem com a câmera deitada, semiologicamente falando, é muito significativo, pois não há uma perspectiva de dominação, é um enquadramento muito particular, no qual essas pessoas são tratadas, de fato, como pessoas, revelando suas resistências. E o governo invés de investir em políticas públicas de saúde e educação, criminaliza, colaborando para o panorama da violência, da desigualdade e do medo da miséria que essas pessoas vivem. Mas mesmo assim essas pessoas continuam existindo. E são trabalhos como esse, *Breviário*, que vão anunciar essas ações e existências, utilizando-se da arte para pensar em políticas de resistência.

Figura 23: Sequência de imagens do centro da cidade à noite



Vamos parar com a hipocrisia de dizer que é o tráfico de drogas, não é o tráfico de drogas, é o Estado! Porque as pessoas bêbadas não tomam tiro na cara? Quando tão com a cara cheia? Por que as pessoas que são viciadas em nicotinas não são mortas? Hoje a maior fonte de criminalização é dizer que o preto é traficante! Eu quero saber por que não há uma operação policial pra investigar tráfico de drogas na Graça (Breviário do Horror, 2015).

Os diretores fazem o uso de muitas cenas filmadas à noite com pouca iluminação, pouco movimento, com ruas desertas, reforçando o imaginário da noite enquanto perigoso, como pode ser visto na figura 23. Todas as cenas, com exceção da

quarta imagem, estão localizadas no centro da cidade. A segunda imagem retrata a Avenida Carlos Gomes. Nota-se que a lente da câmera está molhada, aproximando o espectador da cena, da sensação da chuva. É noite, poucas pessoas andam pela rua, apenas duas que, por sinal, andam na pista para carros e não na calçada. Para além da cultura soteropolitana de andar na rua ao invés da calçada, nessa hora da noite esta se torna uma forma para se proteger de possíveis perigos. Importante perceber que o carro da polícia está na contramão com as sirenes ligadas, o que talvez traga certa sensação de segurança para quem passa por ali ou de um estado de medo (para um negro).

A quarta imagem foi filmada na Ladeira da Barra, ao fundo é possível ver a Igreja de Santo Antônio, a Barra é um bairro predominantemente residido pela elite soteropolitana e nas suas adjacências está a Graça, outro bairro com características semelhantes ao primeiro citado. Então, a partir da fala do personagem e dessas imagens, compreende-se que a guerra às drogas é um instrumento utilizado para manter determinados grupos de pessoas no poder, exercendo o controle social, onde ações repressivas e violentas são direcionadas às classes mais pobres. Todavia, corpos denunciam essas ações e se mantem, como pode ser visto na terceira e quinta imagem da figura 23.

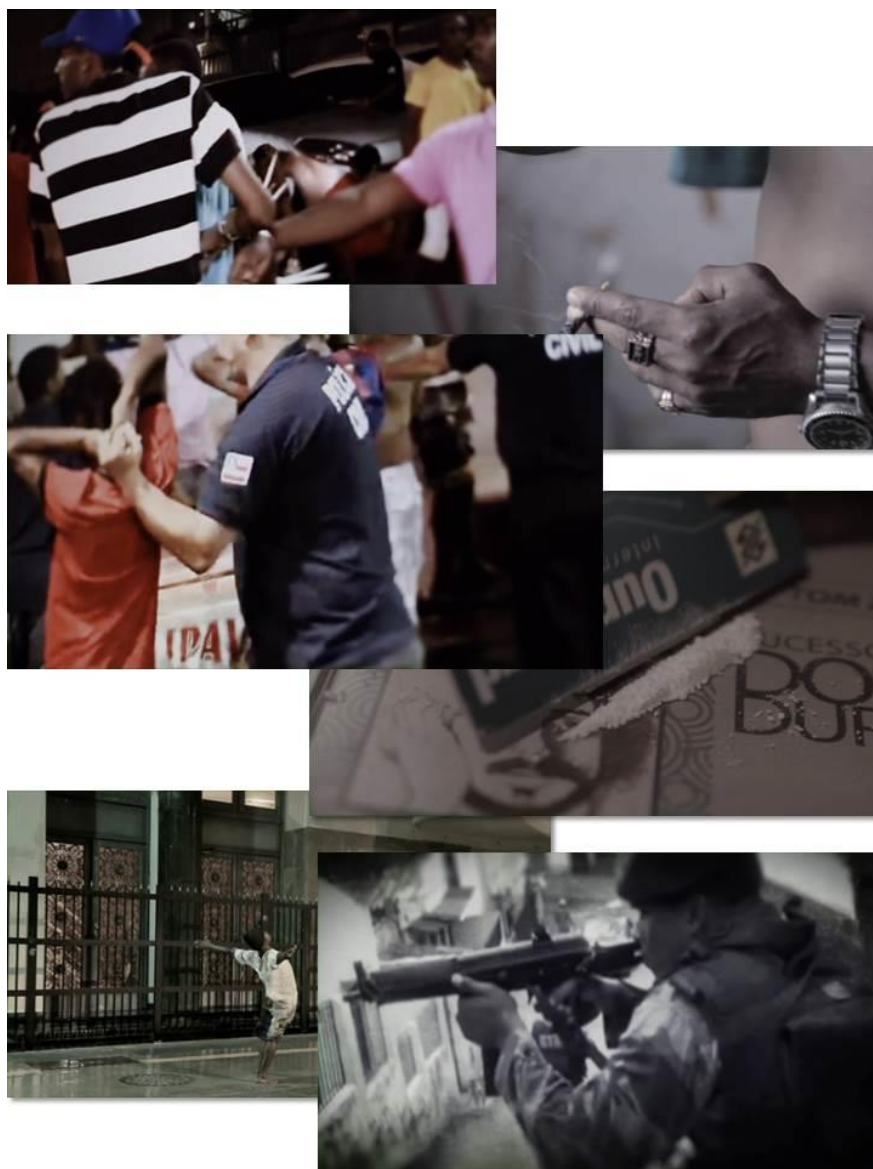
O enquadramento da terceira imagem é um plano detalhe⁴¹. Em destaque, um objeto fálico do personagem Jayme Figura. Ele é um artista baiano autodidata que se veste com uma armadura de Exu⁴² e perambula pelas ruas do Centro Histórico, ele é o personagem que mais aparece ao longo do filme, é pura resistência. A outra imagem retrata duas personagens que são travestis vagueando pelas ruas da Fazenda Grande do Retino, Nicole e Sheila, outros dois corpos políticos de ação e resistência.

Importante destacar que o medo no filme existe como uma atmosfera, ele é instaurado através sons graves e intensos, dando a sensação que algo ruim vai acontecer a qualquer momento. O espectador vive um estado de tensão permanente, o filme desperta para a violência urbana e a guerras às drogas. Ele faz ver os pobres, os marginalizados que são a representação da ameaça e do perigo, revela a dimensão de exclusão dessa parcela da população, que muitas vezes tem suas vozes silenciadas.

⁴¹ Ocorre quando apenas um objeto fica em cena e preenche todo o espaço da tela.

⁴² Exu é o orixá da comunicação, tem como ferramenta o objeto fálico. Durante o período colonial até os dias atuais, esse orixá foi e é erroneamente associado ao diabo cristão, desvelando práticas racistas ligadas as religiões afro-brasileiras.

Figura 24: Sequência de imagens sobre o tráfico de drogas



É muito fácil dizer que os jovens estão sendo entregues ao tráfico de drogas, as facções cumprem o papel que o Estado não está cumprindo de família, a sociedade tem abandonado os jovens pretos e negado as oportunidades. Se o Estado não criminalizasse o uso de substâncias psicoativo, seja ela maconha, seja ela crack, seja ela cocaína, não haveria traficantes. Hoje quem mais lucra com a política proibicionista é o Estado (Breviário do Horror, 2015).

As imagens retratam pessoas negras detidas pela polícia e o uso de substâncias ilícitas, afinal, o que a guerra às drogas tem a ver com a chacina do Cabula? Essa política de guerra às drogas é uma estratégia utilizada para o Estado higienizar corpos negros, matando, prendendo, torturando e encarcerando-os através do aparato policial.

Dessa maneira, não são as drogas que causam a violência, mas sim sua proibição e o aparato de segurança racista.

Então, a guerra às drogas é um mecanismo de manutenção da hierarquia social e racial, a qual não apenas prejudica os negros, mas beneficia os brancos. Essa guerra produz morte e encarceramento de pessoas negras que em sua maioria estão mais vulneráveis, e é basicamente essa população que se vê obrigada a viver em um estado de medo. Conforme foi visto no capítulo 4, essa parcela da população carregada ainda de marcas da escravidão é submetida ao poder da morte (necropolítica).

Figura 24: Estado baiano genocida - mata primeiro, pra depois perguntar quem é!



Os nossos policiais estão numa situação de enfrentamento não vão ficar esperando alguma coisa acontecer contra eu ou contra a sociedade, o criminoso que quiser enfrentar a polícia vai ter resposta à altura (Breviário do Horror, 2015).

E a escolha, muitas vezes não resta muito tempo, são alguns segundo que nós temos pra decidir. É como um artilheiro em frente ao gol, que tem que decidir, em alguns segundos, como é que ele tenta botar a bola pra dentro do gol e fazer o gol. (Breviário do Horror, 2015).

A figura 24 e suas respectivas narrações revela o caráter violento e sanguinário do Estado baiano que pauta suas ações em políticas de encarceramento, de violação de direitos humanos e matança de pessoas pobres e negras. O governador Rui Costa em entrevista ao jornal fez uma comparação entre a chacina do Cabula e a atuação de um atacante de futebol. Assim a partir das reportagens tanto do governador como do

secretário de segurança pública, constata-se essa política de Estado genocida contra a população negra, no qual a guerra às drogas se tornou uma oportunidade para o Estado higienizar as pessoas de rua, as populações periféricas, matando e prendendo pessoas consideradas criminosas. Assim, os impactos da guerra às drogas recaem sobre a sociedade de maneira seletiva e desigual.

Vale frisar que o gasto do dinheiro público com segurança pública nesse país supera os investimentos em políticas de saúde e educação e é intencional que seja assim a fim de manter as relações de poder e imposições de padrão dominante.

Nesse sentido, o filme reafirma a visão hegemônica da mídia, expressa através da Rede Bahia. A divulgação dessa imprensa baiana hegemônica alimenta a indústria do medo, mostrando crimes, criminosos e vítimas, desvelando processos de estigmatização, criminalização e restrição dos acessos aos espaços da cidade, além do mais revelam um cenário urbano pautado pelo medo.

Dessa maneira, mecanismos de autoproteção e defesa sustentados pela cultura do medo produzem novos arranjos espaciais que vão desde condomínios fechados até a proliferação dos shoppings centers. Em Salvador até as praças são cercadas, como a do Campo Grande e da Piedade, e mudanças de hábitos na cidade são comuns, como evitar sair de casa à noite, serviços de *delivery* etc. Essa indústria do medo é perpetuada pelas autoridades, pelo Estado, pelas pessoas, pela mídia, por empresas privadas, que se conformam em práticas socioespaciais atravessadas por processos de fragmentação e segregação urbana. O registro de imagens apresentando na figura 25 exhibe algumas das repercussões espaciais no espaço urbano de Salvador decorrentes dessa política do medo.

Figura 25: Aparatos de segurança exibidos ao longo do filme



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

Essa sequência de planos são cenas rotineiras e retratam os aparatos de segurança (cercas, câmera de segurança, grades) que são utilizados a fim de proteger as pessoas, reforçando a indústria do medo. A composição dessas cenas cheia de prédios e construções de concreto revela o processo de modificação do espaço urbano para dar lugar à projetos de interesse do capital imobiliário. E revela como a dimensão do medo configura as relações entre corpo e espaço urbano, afinal, o debate sobre a política de drogas é um debate sobre a vida das pessoas, sobre o direito ao corpo, à cidade.

Dessa forma, o medo em conjunto com a violência urbana e a política de guerra às drogas se afirma enquanto um instrumento de controle social imbricados nos

processos de produção de subjetividade que são massificados pela mídia. Porém, apesar desse cenário hediondo, pautada pela necropolítica, os poderes periféricos seguem criando e inovando suas táticas de revide com criatividade. Os personagens do Breviário do Horror se configuram enquanto corpos que lutam contra a vigilância militarizada da ordem urbana através de usos e de práticas divergentes das planejadas pelo urbanismo hegemônico.

Importante destacar o papel da rua nesse filme que adquire importância simbólica e material, quase todas as cenas são filmadas na rua, são raros os espaços fechados no filme. A rua está como lugar de encontro, de relações sociais, de afectos e de importância para a cidade. Além disso, reforça-se a escolha do centro da cidade como local importante, que carrega sua importância comercial e de trocas, econômicas, políticas e/ou afetivas.

O Breviário visibiliza os invisibilizados, essas pessoas têm aflições, tem sonhos, são feitas de fracassos, mas também de vitórias e ainda tem esperanças, que não conseguem ser contempladas nas imagens. A identificação do filme se dá também pela ótica da resistência, dos processos de singularização, pelos personagens que foram entrevistados. Como no poema relatado, a partir da arte, da escrita, assuntos como necropolítica, genocídio, ação violenta policial são retratados pelo morador da Vila Moisés que já vivenciou a morte de amigos por causa dessa guerra.

Os homi na missão invadiram o bairro,
Salve-se quem puder dos Robocop do Estado,
Prepare o coração que o terror vai começar,
Rondesp Salvador tem licença pra matar,
Sirene orquestra sinfônica do medo,
A trilha do mal que arrepiá o gueto
O alvo provável sou eu ou você,
Deus lhe acuda se na madrugada, na rua escura,
De repente cruzar com uma viatura,
Na fúria, na captura, 20 por hora,
O neguinho vai embora e a mãe preta chora, já era
Em qualquer quebrada é a rotina,
Meu parceiro de escola morreu lá na esquina,
A corda sempre arrebenta do lado fraco,
Suburbano num enquadro é quem pago o pato,
Sistema desumano financia o genocídio,
Fabrica assassino, grupo de extermínio,
Execução sumária,
Mães perdem seus filhos,
BR 324 cemitério clandestino
Po-lí-cia tente escapar,

Soldados sangue ruim programado pra matar,
Polícia pla-pla (Breviário do Horror, 2015)

Vale ressaltar que são quase nulos os questionamentos ou abordagens trazidas do ponto de vista das classes sociais mais favorecidas, da elite, mas o cineasta Edgar Navarro é um desses raros personagens e não é por acaso:

Não ser negro nessa cidade e tendo a consciência do que é ser branco dói muito. E sabendo que o carma de sua vida inteira tem a ver com descobridores, com os colonizadores, os caras que escravizaram, os cara que fizeram torturam etc., então, mim não é nada confortável viver nessa cidade (Edgar Navarro, Breviário do Horror, 2015).

Você já se sentiu dentro do Breviário do Horror? Todos os dias as pessoas se deparam com parte dos personagens presentes no documentário. Personagens esses que são indígenas, ladrões, viciados, transexuais, prostitutas, enfim, pessoas excluídas, quase, todos negros de pele. A sensação é que estamos de fato em um cenário de controle do perigo, ressaltado pelas imagens que se desenrolam ao longo do filme, desde o enquadramento às montagens, passando pela trilha sonora. Os planos e as suas montagens retratam um mosaico corajoso da barbárie em Salvador e é provável que a barbárie continue a alimentar o Breviário do Horror.

A apresentação dos resultados que aqui se propôs desvelou práticas que produzem mortes através de uma operação sistemática de violência e pânico sobre as populações negras. As discussões que seguiram explicitaram a convivência das pessoas, em sua maioria negra, com o necropoder, a necropolítica, a morte, a invisibilização, a estigmatização e processos de exclusão, mas também revelaram outras dimensões, focos de resistências (figura 26) frente a este conjunto hegemônico de produção de subjetividade.

Figura 26: Registro das manifestações do movimento Reaja ou Será Morto



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

O movimento Reaja ou Será morto é um movimento que luta contra o genocídio e encarceramento em massa da população negra. Por fim, esse filme se revela enquanto uma prática real, uma investigação-intervenção, teórica e pratica um filme-acontecimento, “[...] uma mistura de tudo o que experimentamos ao longo da pesquisa no próprio corpo e nas andanças pelos espaços urbanos”. (THURLER, DI ROCHA, 2016).

É um trabalho que vai contra a lógica midiática hegemônica, foge da alienação audiovisual e que leva no bolso lentes, mas uma lente é obrigatória: “a do EU SINTO”.

São outros olhares para esses corpos, não o olhar criminalizante, fruto da violência, da pobreza, da exclusão, do medo, mas um olhar amplo enquanto potência de revide político. Corpos que são campos de disputa, de luta política, de afetação, de enfrentamento de discursos de ódio e de medo.

Desse modo, o filme se desvela enquanto um campo potente de ação política-estética no campo audiovisual contemporâneo, revelando que outros caminhos são possíveis, mostrando o que a arte pode frente aos modos de produção de subjetividade atuais. Cinema: modo de se fazer política com as imagens e sons.

Ao final do filme, o espectador quase que é reconfortado, a última cena (figura 27) é uma árvore com sua raiz pivotante, seu rizoma em meio a um oceano de desgraças e imprecisões, ou seja, é uma micropolítica de resistência artística.

Figura 27: O rizoma não começa nem termina, ele se encontra sempre no meio, no intermezzo



Fonte: Breviário do Horror, 2015.

Encerro esse capítulo, me referindo aos personagens do filme como corpos vadiantes, esse conceito foi criado e vai ao encontro do errante urbano⁴³ de Paola

⁴³ “[...] as práticas da errância urbana – ou seja, as experiências erráticas da cidade realizadas pelos errantes citados neste livro – são pensadas como possibilidade de experiência da alteridade urbana” (JACQUES, 2012, p.11)

Jacques (2012), mas aqui, se distanciando do caráter burguês do artista, do escritor ou pensador e traz a tona os vadios de Di Rocha (2016) através do olhar poético e marginal, por isso, vadiantes. Os corpos vadios de Fábio Di Rocha são aqueles corpos que procuram experimentar a cidade por meio das práticas, das ações e dos percursos tortuosos. E que buscam quebrar com as representações e projeções morosas, tecnicistas e semiólogos do desejo.

A arte de vadiar é andar por aí, meter-se nos becos e vielas, zanzar com sagacidade, ser malandro. Vadiante é, portanto, a interatividade da experiência corporeidade cartografada- sentida-afetada-vista-ouvida, estando presente em todos os lugares (figura 28), todas as imagens foram extraídas do filme em estudo.

CORPOS VADIANTES

MOVIMENTO NOMADE



EXPERIÊNCIA ERRÁTICA



LENTIDÃO



ESTADO DE RUA



MARGINAL

LUTA POLÍTICA



AÇÃO PERFORMÁTICA



Assim, essa vadiagem-análise é atravessada por outras dimensões, dos perceptos e dos afectos⁴⁴ (ROLNIK, 2013), compartilha da experiência subjetiva na cidade, num processo de afetação micropolítica, poder de afetar e ser afetado, buscando não operar dentro da epistemologia dominante.

⁴⁴ Os perceptos não são percepções, são pacotes de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que os vivenciam. Os afectos não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles (tornando-se outro). (...) O afecto, o percepto e o conceito são três potências inseparáveis, potências que vão da arte à filosofia e vice-versa. O estilo em filosofia tende para esses três polos: o conceito ou novas maneiras de pensar, o percepto ou novas maneiras de ver e ouvir, o afecto ou novas maneiras de sentir. É a trindade filosófica, a filosofia como ópera: os três são necessários para *produzir o movimento*. O conceito não se move apenas em si mesmo (compreensão filosófica), mas também nas coisas e em nós: ele nos inspira novos *perceptos* e novos *afectos*, que constituem a compreensão não filosófica da própria filosofia (ROLNIK, 2013, p. 175).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou o filme *Breviário do Horror* que expôs questões como medo, violência urbana e guerra às drogas. O pressuposto teórico partiu da ideia da produção audiovisual enquanto lugar de aprendizagem e buscou compreender, a partir da leitura do filme em que medida o medo era um instrumento de controle social e como se expressava na arquitetura do espaço urbano de Salvador.

A partir da discussão do objeto de estudo, fica comprovado que a política de guerra às drogas implica no debate de questões centrais e estruturantes como racismo, pobreza, desigualdade e criminalização. Incluídas nesse panorama, estão às dificuldades de acesso a serviços públicos de qualidade, ausência de políticas públicas para as periferias e dificuldade de comunicação em um contexto de concentração da mídia na mão de poucos. Assim, essa guerra injusta continua sendo exercida, legitimada pelo Estado genocida brasileiro com seu aparato de segurança bélico racista.

Essa guerra às drogas agenciada pelos processos de produção de subjetividade reproduzem desigualdades sociais e preconceitos ao veicular a imagem estereotipada da pessoa usuária, traficante ou inocente centrada na figura do jovem negro, morador de periferia. Assim, a mídia reproduz valores, crenças e estereótipos associados aos corpos negros e as pessoas, de fato, acreditam que um grupo está mais propenso à criminalidade do que outro.

Nesse sentido, há uma negação a respeito das consequências do passado escravocrata e colonialista brasileiro, enquanto as pessoas não estiverem dispostas a lidar com a realidade dos fatos, as políticas de drogas, de criminalização continuaram sendo executadas em termos raciais e discriminatórias. Espera-se que as histórias dos séculos passados não continuem sendo repetidas.

A cultura do medo em conjunto com a violência, a necropolítica, a indústria do medo são produtos dessa política de guerra às drogas. Todos esses fatores engendram repercussões socioespaciais na metrópole baiana. Repercussões essas que afeta relações sociais, espaciais e econômicas, modificando o desenho urbano da cidade. A própria urbanização é o mercado espetacular da violência no contexto brasileiro. Com consequentes efeitos de segregação, acumulação de riqueza, pobreza extrema, violências diversas dentro do território urbano pesquisado, revelando o desequilíbrio da Ecosofia.

Como já foi dito, o medo da violência urbana não foi compreendido neste trabalho de forma simplória, ele está intimamente relacionada às taxas de criminalidade, à pobreza, ao narcotráfico. Além disso, no Brasil, a rápida urbanização oriunda do processo de globalização corroborou para esse cenário, muitas cidades cresceram marcadas pela falta de serviços providos pelo Estado, como educação e saúde, resultando em áreas marginais e densamente povoadas, como as favelas no Brasil, locais estigmatizados, ligados à pobreza, tidos como espaços violentos.

Portanto, é dentro de contextos de exploração das fragilidades, desequilíbrios da Ecosofia, e agigantamento da violência que impera o controle social do/pelo medo. Medo amplificado pela mídia, indústrias de equipamentos e empresas de segurança privada. Desse modo, é preciso problematizar as políticas públicas de segurança, os modos de sociabilidade, de produção do espaço urbano, problematizar a necropolítica em curso.

Dessa forma, ao buscar retratar a violência no cotidiano em Salvador, os diretores mostraram que a violência não é um estigma da sociedade contemporânea, a cultura da violência consiste justamente na disseminação de sistemas hierárquicos. Violência essa, estrutural, física, social e racial que leva a um grande gasto estatal nas políticas de repressão, levando a uma corrida armamentista entre policiais e traficantes. Essa guerra, a das drogas, é uma guerra quase impossível de ser vencida, pois é uma guerra que gera lucros, e muitos. A droga mais pesada de todas é a proibição.

Mas apesar disso, os corpos vadianes Exu, Nicole(s) e Sheila(s) resistem, subvertendo a ordem estabelecida Assim, é urgente acionar políticas de resistência, táticas de revide- elemento fundamental da micropolítica, aproximar-se dos corpos vadianes, dos mendigos, dos vadios, dos desajustados. Fazer do silêncio, um grande barulho!

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A análise do filme**. Trad. Marcelo Feliz Lisboa: Texto & Grafia, LTDA, 2004, 3ª edição.

BAIERL, L. F. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. Ed. Cortez. São Paulo, 2004, 224 p.

BATISTA, V. M. (2012). **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história** (2a ed.). Rio de Janeiro: Revan.

BAYER, Hiram de Aquino, DANTAS, Eugênia Maria. **Notas teóricas para o estudo do medo pela Geografia**, Confins, 36 | 2018. Disponível em:< <http://journals.openedition.org/confins/13588>>. Acesso em: 11 nov. 2019

BENTO, Berenice. (2018). **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação ?**. Caderno Pagu, Universidade de Brasília.

BORDWELL, David (1985). *Narration on the Fiction Film*. London: Methuen.

BOREM, Leticia Santos. **O medo da violência como causador de transformações no espaço urbano: o caso de Montes Claros/MG**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2017.

BORTOLOZZI, Flávio. **A gestão do medo como instrumento de política-criminal: biopolítica e a produção do anormal**. 8º Congresso Internacional de Ciências Criminais, Vol 1. P.77-92

Breviário do Horror. Longa Metragem Inédito. Disponível em:< cadernodecinema.com.br/blog/breviario-do-horror/>. Acesso em: 04 jun. 2019.

Breviário do Horror. Longa Metragem Inédito. Disponível em:< https://web.facebook.com/breviariodohorror/posts/637200683085349/?_rdc=1&_rdr>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Breviário do Horror e o Panorama. Jornal *A Tarde*, Salvador, 5 nov. 2013.

British Broadcasting Corporation. **Estas são as 50 cidades mais violentas do mundo (e 17 estão no Brasil)**. Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

Caderno de Cinema. Disponível em:< <http://cadernodecinema.com.br/blog/indice/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Alexandre Filordi. **Felix Guatarri e a produção de subjetividade na sociedade de consumo: questões atuais desde a filosofia da educação**. 3º Congresso Latinoamericano de Filosofia da Educação, vol. 3, 2016.

CARVALHO, Cid Vasconcelos. **O cinema como objeto de estudo acadêmico**. Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais nº 31, p. 197-211, set. 2009.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Segregação Socioespacial e desigualdades em Salvador**. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 235, p. 5-22, 2015.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. **A Cidade Como Negócio**. EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales. Santiago de Chile, v. 39, n. 118, p. 5- 26. 2013.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. orgs. **Como anda Salvador e sua região metropolitana** [online]. 2nd. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2006. 228 p.

CERQUEIRA, Yasmine. **Espaço Público e Sociabilidade Urbana. Apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2013.

Cidades IBGE: Panorama Salvador. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CHION, Michel. **A audiovisual: som e imagem no cinema**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

CORREIO 24 HORAS. **ONU aponta Salvador como a 13ª cidade mais violenta do mundo**. Disponível em:<https://www.correio24horas.com.br/amp/nid/onu-aponta-salvador-como-a-13a-cidade-mais-violenta-do-mundo/?__twitter_impression=true>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

COIMBRA, Cecília Maria. **Produção do Medo e da Insegurança**. Projeto de Pós-Doutorado, São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1998.

CORRÊA, Roberto L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

COMOLLI, Jean-Louis. **A cidade filmada**. In: CADERNOS DE ANTROPOLOGIA E IMAGEM. A cidade em imagem. Rio de Janeiro: UERJ/ Núcleo de Antropologia e Imagem, ano 3, nº 4, 1997, p. 149-183.

CRUZ, Poliana. SANTOS, Lucas. **Mídia e direitos humanos: análise sobre a cobertura da violência em sites jornalísticos da Região Nordeste**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luís - MA – 30/05 a 01/06/2019

Curta metragem. Disponível em:< <https://conceito.de/curta-metragem>>. Acesso em: 25 jul. 2019

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, G. **Post-scriptum: sobre as sociedades de controle**. In: DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2013, p. 223-230.

DELEUZE, Gilles. **Cinema: Imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 2018, 184 p.

DELEUZE, Gilles, FELIX, Guattari – Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia, Rio de Janeiro, Editora 34, v. 1, 1995.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia. das letras, 1989.

DELUMEAU, Jean (2007). **Medos de ontem e medos de hoje**. Arte e pensamento Disponível em:< <https://artepensamento.com.br/item/medos-de-ontem-e-de-hoje>>. Acesso em: 07 nov. 2019

Direitos Humanos. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso em: 14 ago. 2019

ENDO, P. C. (2005). **A Violência no Coração da Cidade: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Escuta.

Festival de Cinema Baiano. Disponível em:<<http://feciba.com.br/2016/noticias/mais-um-ano-sem-feciba/>>. Acesso em: 15 mar. 2019

Filmografia Baiana. Disponível em:< <http://www.filmografiabaiana.com.br/BuscaAvancada.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2019

FIORI, J. L. O Brasil e seu entorno estratégico na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.). **10 Anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de março de 1976**. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 285-315.

_____. **Aula de 11 de janeiro de 1978**. In: FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 3-38.

_____. **O nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes 2005.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Segurança, Território, População**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2005.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Frame. Disponível em: < <http://cinemize.blogspot.com/2016/11/encine-se-cena-tomada-take-frame.html>>. Acesso em: 14 ago 2019

FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos**. 3a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. São Paulo : Francis, 2003.

GUATTARI, F. **Revolução molecular. Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica – cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HOPENHAYN, M. **A cidadania vulnerabilizada na América Latina**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n. 2, p. 5-18, 2002.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpocidade: Debates, ações e articulações**. EDUFBA, Salvador, 2010. Disponível em: < http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>. Acesso em: 20 abril. 2016.

KALLAFFA, Rafaela Sergio e Silva. **Cidade como banco de dados aberto: uma análise da produção do espaço na praia de Iracema**. 120 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LEITÃO, Lucia. (2009). **Quando o ambiente é hostil**. Disponível em: < http://www.observatoriodorecife.org.br/site/wp-content/uploads/artigo_ambiente-hostil_lucia-leitao.pdf> Acesso em: 01 maio de 2019.

LIMA, D. M. M. C. **A VIOLÊNCIA URBANA E A SENSÇÃO DE INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS**. Geoconexões, Ano 1, 2015, Vol. 2, Rio Grande do Norte.

LISSARDY. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48988559>>. Acesso em: 20 dez. 2012

LOURENÇO, Nelson (2013). **Globalização e insegurança urbana**. Revista Angolana de Sociologia, 11, p.11-34. Disponível em:< <https://journals.openedition.org/ras/308>>> Acesso em: 07 nov. 2019.

MANCE, Euclides André. **O Capitalismo Atual e a Produção de Subjetividades**. IFIL, novembro, 1998.

MANCILLA, Alfredo Serrano. **Geopolítica da América Latina: entre a esperança e a restauração do desencanto**. Disponível em:< <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Geopolitica-da-America-Latina-entre-a-esperanca-e-a-restauracao-do-desencanto/6/34512>>. Acesso em 09. Nov. 2019

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. **Micropolíticas culturais – Processos de subjetivação: Multiplicidades e heterogeneidades**. V Enecult Encontro de Estudos Multidisciplinares, 2009, Salvador. Bahia.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

Mercado de segurança eletrônica prevê crescimento de 10% em 2019. Disponível:< <https://revistadigitalsecurity.com.br/mercado-de-seguranca-eletronica-preve-crescimento-de-10-em-2019/>>. Acesso em: 15 ago. 2019

MIRANDA, Luciana Lobo. SOARES, Leonardo Barros. **Produzir subjetividades: o que significa?**. Universidade Federal do Ceará (UFC), 2008. Disponível em:< <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/html/v9n2a10.html#mailfim>>. Acesso em: 08 ago. 2019

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM, Cássio dos Santos. **Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos**. In: Lumina, vol. 8, nº2, dez. 2014.

MONTENEGRO, Gielson Nepomuceno. **A PRODUÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO EM ESPAÇOS PÚBLICOS - O desenho do Mobiliário Urbano nos Projetos de Reordenamento das Orlas do Rio Grande do Norte**. 2005. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2005.

MOREIRA, Clarissa. **A indústria do medo e a vida na cidade**. Arqtextos, ano 03, n. 035.01. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/03.035/692>>. Acesso em: 27 ago. 2019

MOREIRA, Raul. **Breviário do Horror e o Panorama**. Jornal *A Tarde*, Salvador, 5 nov. 2013.

MOREIRA, Jaime & PADILHA, Maria. **Necropolítica Trans: Diálogo sobre o dispositivos de poder, muerte e invisibilización em la contemporaneidad**. Texto contexto – enferm. Vol.27, n.2, Florianópolis, 2018.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória; BALTRUSIS, Nelson. **Gentrificação no bairro 2 de julho em Salvador: modos, formas e conteúdos**. Caderno Metropolitano, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 437-460, nov. 2014.

MUSZKAT, Susana. **A violência: um assunto de todos**. Períodos eletrônicos em psicologia. V.30 n.44 São Paulo jun. 2007. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062007000100024>. Acesso em: 28 mai. 2019

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Uso de fontes fílmicas em pesquisas sócio histórias da área da saúde**. Texto & Contexto – Enfermagem, vol.26, n^a 4, Florianópolis 2017 epub Jan 08, 2018.

OLIVEIRA et al, Messias Fernandes. **Direitos humanos, segurança pública e a produção do medo na contemporaneidade**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.10, n.25, p.118-140, 2018.

OLIVIERI, Silvana Lamenha Lins. **Quando o cinema vira urbanismo: O documentário como ferramenta de abordagem da cidade**. Salvador, 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia.

OLMO, Guillermo. Por que os venezuelanos não estão protestando tanto quanto cidadãos de outros países da América Latina Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50445357>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

Oxfam International (2017, 2018) and Human Development Report Office

PATIAS, Jaime. Libero, Casper. **O telejornal sensacionalista, a violência e o sagrado**. Núcleo de Pesquisa de Comunicação Audiovisual, Intercom 2006.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)**. In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. *Anais eletrônicos...* Lisboa SOPCOM, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 02 de nov. de 2017.

PlanMob Salvador - **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável**. Disponível em:<<http://www.planmob.salvador.ba.gov.br/images/consulte/planmob/PlanMob-Salvador-RT6---Diagnostico-da-Mobilidade-em-Salvador>>. Acesso em: 07 set. 2019.

PRADO, Maria Ligia & PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto, 2014. 206 p.

Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), 2018. HUMAN DEVELOPMENT INDICES AND INDICATORS 2018 STATICAL UPDATES.

QUEIROZ, Ivan da Silva; LACERDA, Norma. **Do espaço urbano sob a égide do medo à cidade que medra: representações sociais e práticas cotidianas num ambiente marcado pelo medo da violência urbana.** In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. 11., 2005, Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: UFBA, 2005. Mesa Redonda. Disponível em: < <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3479>> Acesso em: 27 mai. 2019

REINO, Luiz Moreno; PASSARELLI, Vanessa Lopes. **A violência, o corpo e a cidade.** Temas psicol.. vol. 18, n. 1, Ribeirão Preto, 2010.

ROCHA, Fábio Di e LOPES, Flávio. **Um quase filme.** Disponível em:<<http://cadernodecinema.com.br/blog/breviario-do-horror/>>. Acesso em: 08 set. 2019.

ROCHA, Fábio Di e LOPES, Flávio. **Breviário do Horror.** Brasília-DF: Dobra Filmes, 2013.

ROLNIK, S. (1992). **Subjetividade e história.** Trabalho apresentado no Curso de Psicanálise promovido pelo Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro de Lima. **Formas urbanas: cidade real e cidade ideal. contribuição ao estudo urbanístico de Salvador.** Salvador: Quartetto,1999.

SANTOS, Ismael Andrade. **Linguagem e poder: contribuições de Deleuze e Fairclough.** Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.10, n.2, dezembro/2014/www.ufrb.edu.br/griot.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: HUCITEC, EDUC, 1994.

SANTOS, Milton. **Elogio da lentidão.** Folha de São Paulo, São Paulo, 11 mar. 2001.

Saúde Mental Posilvp Negra. Disponível em:<<https://www.facebook.com/saudementalpopnegra/>> Acesso em: 05 jul. 2019.

SCHERDIEN, C., BORTOLINI, A. C., & OLTRAMARI, A. P. **Relações de trabalho e cinema: uma análise do filme “que horas ela volta?”.** Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 5(12), 130-197, 2018.

SILVA, Cesar Henrique Matos. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. 181 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

SILVA, Fernando Rodrigo dos Santos. **As artes de ver uma comunidade de espectadores: a infância em cena**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SONODA et al, Katerine da Cruz Leal. **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA URBANA POR ATIVISTAS SOCIAIS DO RIO DE JANEIRO**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 749-767, dez. 2016.

SONODA et al, Katerine da Cruz Leal. **Atualidade e produção de mal estar**. Revista Mal-estar e Subjetividade - Fortaleza - Vol. XIII - Nº 3-4 - p. 643 - 664 - set/dez 2013.

SORIANO, Ana Gabriela W. **O Espaço Público e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2006.

SOUZA, KM. **Discurso e biopolítica na sociedade de controle**. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 41-55.

SOUZA, M. L. (2008). Fobópole: **O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOUZA, M. L de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

SOUZA, Ângela Gordilho; LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Regularização fundiárias em áreas de ocupação informal: titulação coletiva e individual**. 3º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: balanço das experiências de implementação do Estatuto da Cidade, Recife, PE, p.1-20, jun. 2004.

STEINBERGER, Margarethe Born Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina, São Paulo: Fapesp/Cortez, 2005.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **CAS - Centro Antigo de Salvador** [livro eletrônico]: território de referência. -- Salvador: SEI 2013.

UCHOA, Antonio Giovanni; GODOI, Christiane Kleinubing & MASTELLA, Adriano Silveira. (2016). **Metodologia Qualitativa Discursivo-Imagética: do contexto da produção às possibilidades de recepção da imagem**. IV Congresso Brasileiros de Estudos Organizacionais – Porto Alegre, RS, Brasil, outubro, 2016.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LETÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. Tradução: Marina Appenzeller. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

Web of Science. Disponível em:<
https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=105>.
Acesso em: 07 julho 2019.